

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

HOJE, ÀS 19 HORAS, TODOS A BELÉM! APOIO AO MFA!



Alvaro Cunhal no Couço

«NÃO HÁ FORÇAS REACCIONÁRIAS EM PORTUGAL CAPAZES DE DERROTAR A ALIANÇA POVO-MFA»

«Não há forças reaccionárias em Portugal capazes de derrotar a aliança do Povo com o Movimento das Forças Armadas. E é por saber que esta aliança torna invencível a revolução portuguesa que as forças reaccionárias e conservadoras fazem tudo o que podem para separar os militares do nosso povo, para romper a unidade do MFA, a unidade do movimento popular e democrático», afirmou

o secretário-geral do nosso Partido, camarada Alvaro Cunhal, no passado domingo, na heróica vila do Couço, perante cerca de 10 000 pessoas. Tal como disse o camarada Alvaro Cunhal, o Couço possui grandiosas tradições de luta, duramente desenvolvida no tempo da ditadura fascista. Os homens e as mulheres, os trabalhadores do Couço, desenvolveram durante os 48 anos da ditadura fascista uma tenaz luta de resistência, ao lado do partido da classe operária, ao lado do Partido Comunista Português, luta de tal modo importante que é com toda a legitimidade que hoje podemos afirmar ser o Couço uma grande fortaleza do PCP.

No passado domingo, mais uma grande jornada foi ali vivida. Não já a luta contra os torcionários da PIDE/DGS, não já a luta contra os que ferocemente reprimiam o povo trabalhador do Couço, mas uma jornada em que os camponeses, o povo trabalhador, mostraram que estão intransigentemente empenhados no processo revolucionário, para consolidação do regime democrático que há-de conduzir o nosso país ao futuro luminoso do socialismo e do comunismo

Entusiasticamente recebido, o camarada Alvaro Cunhal pronunciou um importante discurso em que analisou a actual situação política. Antes, porém, mulheres do Couço, que sofreram duramente na própria carne a repressão fascista, e que heróica e revolucionariamente a suportaram, ofereceram lembranças ao secretário-geral do seu Partido, do nosso Partido. Nesse gesto simples, o povo trabalhador do Couço provou que está ao lado do partido dos trabalhadores, vanguarda revolucionária da sua longa luta pelo pão, pela paz, pela independência.

O povo saberá defender a sua unidade

O camarada Alvaro Cunhal começou por relembrar as gloriosas tradições de luta do povo de Couço, que durante os anos da ditadura fascista soube sempre manter bem aito a bandeira da luta pelo socialismo. O secretário-geral do PCP prestou homenagem a todos os que estiveram presos — e foram muitos — e suportaram torturas e longos anos de prisão. O camarada Alvaro Cunhal referiu-se especialmente às heróicas mulheres do Couço, ao seu exemplo de combatividade. Final-

O PCP chama a classe operária, os trabalhadores e as massas populares a participarem na grande manifestação de apoio ao MFA, em defesa das liberdades e pela construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo

O povo volta hoje às ruas para mais uma jornada revolucionária. Não será uma festa como a da madrugada do 25 de Abril, ou como a da tarde do 1.º de Maio. Não se trata, desta vez, de comemorar vitórias populares. A manifestação de hoje terá o mesmo cumho de fraternidade do gigantesco comício do Dia dos Trabalhadores. Mas o seu objectivo é diferente. É de facto preciso que a manifestação de hoje tenha um carácter nacional e a grandiosidade exigida pelas circunstâncias. É preciso que nestas semanas, em que o fundamental é propositadamente esquecido por certos partidos e forças políticas interessadas em criar polémicas em torno de conflitos provocados por eles próprios, o povo, os trabalhadores, dêem nas ruas uma resposta clara e definitiva àqueles que pretendem falar em seu nome sem procuração. É preciso que os oportunistas que tentam dividir os trabalhadores e osam agitar o espantinho de imaginárias ditaduras, recebam do povo a resposta mes-

siva, democrática e revolucionária exigida pelo momento histórico. É preciso que a componente civil do processo revolucionário reafirme nas ruas, mais uma vez, a sua inabalável determinação de ganhar nas fábricas, nos campos, nos portos, nos bancos, em todas as empresas nacionalizadas a batalha da produção. É preciso demonstrar, pela comparação do exército do trabalho, de homens e mulheres revolucionários, de todos os camaradas populares, que o futuro de Portugal será decidido pelo seu povo, voltado para a construção de uma sociedade a caminho do socialismo, e não por políticos e partidos que lutam pela preservação de estruturas capitalistas. É preciso lembrar nas ruas e praças de Lisboa, rumo a Belém, que a luta revolucionária contra os monopólios e o latifúndio prosseguirá até à sua conclusão vitoriosa, ombro a ombro com o MFA e com o Conselho da Revolução. É preciso re-

lembrar que a defesa permanente das liberdades é tarefa do movimento popular de massas e não de alianças estranhas ao povo e que, em nome das liberdades, se esforçam por desagregar, dividir e intrigar, procurando lançar trabalhadores contra trabalhadores. É preciso proclamar bem alto que os trabalhadores estão unidos em torno da Intersindical, alvo de uma insidiosa campanha de calúnias. É preciso afirmar, hoje como ontem, que o socialismo terá cores portuguesas, mas que as massas não se deixarão nunca iludir por caricaturas do socialismo como as que a social-democracia gostaria de importar. É preciso acabar de uma vez por todas com a ilusão de que a democracia burguesa poderia ser uma solução para Portugal.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, correspondendo às insistentes propostas de comités e células do Partido e de diversas organizações de trabalhadores, resolveu convocar para o dia 28, quarta-feira, uma grande manifestação popular de apoio ao MFA, em defesa das liberdades e pela construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo. As concentrações terão lugar no Cais do Sodré e Av. 24 de Julho às 19 horas. O PCP chama a classe operária, os trabalhadores e as massas populares a participarem maciçamente nesta manifestação e convida as organizações democráticas, os partidos empenhados no processo revolucionário, as organizações sindicais e de classe a associarem-se a esta iniciativa. 26 de Maio de 1975. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



Na Gelmar: militares e trabalhadores na batalha da produção

Batalha da Produção CONSTRUIR O FUTURO

Estar ao lado da Revolução nunca foi um estado de espírito ou qualquer outra ilusão de alma bem pensante para quem os trabalhadores seriam uma «Entidade», embora com maiúsculas, a quem se apontariam tarefas em nome da democracia, em nome do socialismo. Estar ao lado da Revolução nunca foi esperar que

outros realizem a ideia de alguns para quem o esforço termina quando começa a prática revolucionária. Os trabalhadores assim o dizem, porque hoje é deles a voz que conquistaram e aprenderam a usar na luta contra o fascismo. As tarefas revolucionárias não lhes podem ser, portanto, apontadas de fora por quem se suporia o defensor da «ideia» em nome deles. A classe operária e todas as classes trabalhadoras sabem hoje que as tarefas revolucionárias lhes pertencem na execução e no proveito. Sabem, porque para isso se armaram e podem, finalmente, começar a trabalhar para si. E é a consciência desse facto cada vez

mais divulgada entre o povo trabalhador que vai decidir, afinal, sobre o lugar que caberá proximamente nesta sociedade àqueles para quem os trabalhadores seriam uma «Entidade» à qual se incutiria a «ideia» de que o socialismo virá sem grandes esforços, por obra e graça da palavra, por obra e graça do capitalismo que cairia de podre. Aqueles que lançam o divisionismo em nome da revolução, aqueles que pretendem «usar» os frabalhadores em vez de se porem ao seu serviço, como o exige a Revolução, por muito que abusem da herança fascista para confundir e lançar a divisão,

(Continuação na 4.ª página)

A convocação da grande manifestação popular de apoio ao MFA, em defesa das liberdades e pela construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo, com concentração no Cais do Sodré, hoje, às 19 horas, foi vivamente saudada pelas células e «comités» do Partido e por muitas organizações de trabalhadores. As tarefas preparatórias da manifestação decorrem com entusiasmo. Alguns partidos políticos empenhados no processo revolucionário, já manifestaram a intenção de convocarem manifestações coincidentes.

Atendendo a muitas sugestões vindas das reuniões preparatórias, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português junta aos objectivos anteriormente anunciados o apoio à Batalha da Produção existente e patrioticamente defendida pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

Dado que a manifestação tem acima de tudo um carácter patriótico, aconselham-se os manifestantes a levarem bandeiras nacionais e não bandeiras partidárias.

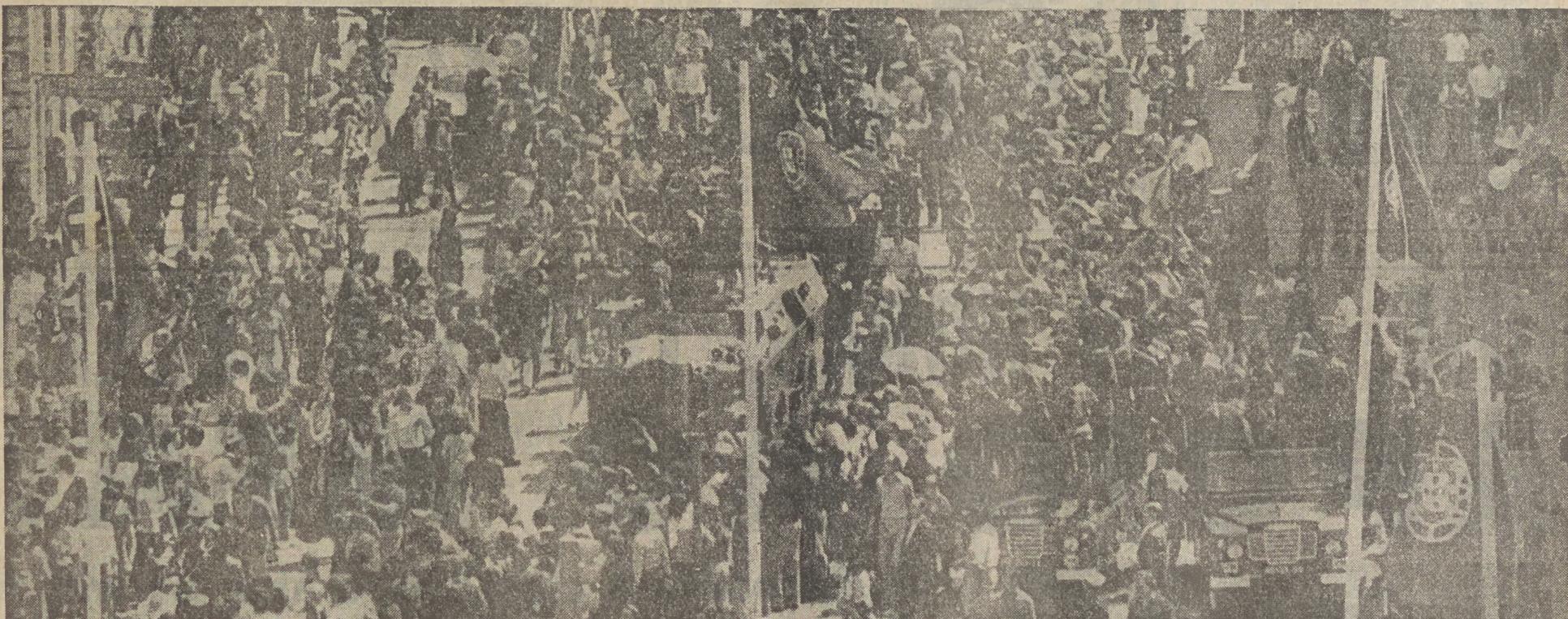
28 de Maio de 1975

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Avante! na divulgação da linha do Partido

Nacionalizações e «capitalismo de Estado»

NA PÁG. 5



proletariado revolucionário e os pacifistas franceses de 1914/18, chamaram ao trabalho de aturimento de consciências, empreendido na época pelas classes dominantes em defesa dos seus interesses de rapina na guerra imperialista, le *bourrage de crâne*. É também uma expressão adequada para classificar o sujo trabalho a que se entregam, hoje, entre nós, certas forças políticas interessadas em empurrar para o pântano da democracia burguesa, o nosso processo revolucionário.

Le bourrage de crâne... Ou seja: entulhar os cérebros de propaganda tendenciosa para mascarar objectivos políticos inconfessáveis; aturdir as massas com gritos e falsas questões ou então pelo empolamento de factores irrelevantes, tocando a corda do subjectivismo e do sentimento ou utilizando formas ridículas para transformar a mentira torpe na verdade pura; por fim desencadear a violência verbal como trampolim para o possível desencadeamento da violência física.

Na França de 14/18, le *bourrage de crâne* levado à sua expressão mais acabada, conduziu ao assassinio de Jaurès — em Portugal ninguém sabe aonde poderia conduzir a violência verbal do anticomunismo.

Na França da época era vulgar ver-se os politiquinhos da grande burguesia entoar nos «cabarets» ou no «vaudeville» com as garridas cantoras do Folies Bergères canções inflamadas de patriotismo chauvinista; no Portugal democrático podia-se ver, na madrugada chuvosa de 20 de Maio último, dirigentes políticos e ministros do Governo Provisório a dançarem e cantarem sambinhas insultuosas contra ministros do mesmíssimo Governo. Lá, a histeria do patriotismo inflamado e chauvinista — cá, os alaridos do anticomunismo delirante.

Infelizmente, em Portugal, é o PS, dito da esquerda e participante da coligação governamental, que persiste em manter erguido o pendão do anticomunismo.

A forma como foi adulterado e empolado o problema do «jornal «República», os ataques abertos ao MFA e ao processo revolucionário português, por alguns milhares de pessoas comandadas por dirigentes do PS, ao mesmo tempo a rapidez com que foi orquestrada a campanha contra Portugal democrático, por círculos da social-democracia europeia e estranhamente por responsáveis da política americana em defesa da «liberdade ameaçada», em Portugal, são tudo factos que sugerem uma estratégia coordenada contra a jovem democracia portuguesa.

A feroz campanha anticomunista visa mais longe — procura atingir o próprio processo revolucionário através do enfraquecimento, primeiro, e da destruição, depois, do principal pilar e força determinante da Revolução Portuguesa — a aliança POVO - MFA.

Ponhamos os pontos nos li quanto às mentirosas acusações lançadas contra o PCP.

Os dirigentes do PS sabem muito bem:

1.º — que o PCP, como partido, nada pesou na decisão dos trabalhadores da «República» de sanarem o director e alguns redactores do jornal;

2.º — que não foram trabalhadores comunistas que apresentaram no plenário da TAP uma proposta de greve, largamente rejeitada pelo plenário, mas sim trabalhadores do núcleo socialista da TAP;

3.º — que o PCP não foi visto nem achado na decisão dos trabalhadores da indústria hoteleira de fazerem a greve, aliás provocada deliberadamente pelos ludibrios do patronato;

4.º — que é uma pura calúnia assacar ao PCP qualquer pretensão de assaltar e controlar os órgãos de comunicação social; que nenhum outro partido respeita mais a in-

dependência política da actual imprensa democrática apatridária portuguesa ao mesmo tempo que aceita a legitimidade de os partidos políticos possuírem os seus órgãos próprios, direito que o PCP reivindica também para si mesmo;

5.º — que o PCP não pretende implantar a ditadura de um partido único e que defende o pluralismo partidário não só para hoje mas também para amanhã, em estreita aliança com o MFA.

Parece uma anedota mas é exactamente a partir destas e de outras acusações absolutamente infundadas que se orquestrou nos últimos dias — significativamente em coincidência com as novas manobras da NATO em Portugal — toda uma vasta campanha internacional contra os comunistas portugueses. Em que alguns amigos da onça participam.

A chantagem dos dirigentes do PS de suspenderem a sua participação no Governo até o Conselho da Revolução se pronunciar acerca das suas reivindicações e as repetidas alusões à sua força eleitoral vêm mostrar o verdadeiro sentido dos esforços dos dirigentes socialistas quanto ao processo político em curso.

Esta atitude secundada, ainda que debilmente, pelo PPD, põe em relevo a existência de duas dinâmicas que se contradizem: uma, a do eleitoralismo que aponta a uma democracia parlamentar burguesa, de feição social-democrata; outra, a do processo revolucionário assente na aliança Povo - MFA que aponta à revolução democrática rumo ao socialismo.

O eleitoralismo é inconciliável com o processo revolucionário e acabaria por destruí-lo a curto prazo. O pacto entre os partidos da coligação e o MFA é muito preciso quanto à inserção do processo eleitoral no processo revolucionário.

As eleições não representaram a vontade esclarecida do povo, destinavam-se a eleger uma Assembleia Constituinte e esta tinha um objectivo preciso: elaborar e aprovar uma Constituição cujas linhas gerais deveriam resultar do entendimento com o MFA.

A coligação governamental não deveria ser alterada em consequência do resultado das eleições.

Vê-se, agora, que o PS assinou o pacto com o MFA sob reserva mental e que o eleitoralismo, e não o processo democrático, querem agora, imprimir um caminho hegemónico, em consequência dos seus resultados eleitorais.

Inebriados com esta força, os dirigentes do PS contrariam abertamente o inequívoco mandato dos seus eleitores, que optaram pelo socialismo, estreitam os seus laços com o PPD em detrimento das forças de esquerda e contrariam já frontalmente, as medidas revolucionárias promulgadas pelo Conselho da Revolução e pelo Governo Provisório, no sentido da democracia económica — as nacionalizações e a Reforma Agrária.

E é aqui que bate o ponto. A dinâmica do processo revolucionário põe como tarefas prioritárias as grandes reformas sociais, sem as quais o nosso povo não se libertará do atraso e do subdesenvolvimento, nem das cadeias da exploração capitalista. As eleições para a Assembleia Constituinte e a elaboração e aprovação da Constituição significam um ponto na trajectória e nunca a própria trajectória.

A realização das tarefas prioritárias da Revolução democrática implica a mobilização das melhores energias do nosso povo, a sua estreita união em aliança com o

MFA, e neste processo a acção dos partidos verdadeiramente interessados na conquista do socialismo é insubstituível. O movimento popular transcende os partidos, vai criando os seus próprios órgãos que não de dar expressão à originalidade do nosso processo revolucionário, o qual tende para formas em que a aliança do Povo com as Forças Armadas, mais precisamente do movimento popular com o MFA, assumirá um carácter amplamente unitário e operacional.

O «contrôle» operário nas empresas estatais nacionalizadas, a criação de cooperativas agrícolas e de organismos camponeses para a Reforma Agrária, o reforço e dinamização do movimento sindical, a multiplicação de comissões de trabalhadores, de delegados sindicais e outras, as comissões de moradores, as assembleias populares e outras várias formas de organização popular que o processo na sua dinâmica vai exigindo para o seu desenvolvimento, eis aí o vasto campo de acção em que os filhos do Povo fardados e não fardados construirão o Portugal democrático e socialista de amanhã.

É neste contexto, nesta dinâmica, que se tem de inserir a acção dos partidos e organizações democráticas, não como apêndices mas como elementos de dinamização e consciencialização do movimento popular. Com o MFA, vanguarda organizada das Forças Armadas, garantes da Revolução democrática e do caminho para o socialismo, os partidos e organizações democráticas exercerão no processo o seu papel peculiar.

O PCP, por vocação de classe, estará na vanguarda dos trabalhadores na luta pela Revolução democrática e pelo socialismo. Tão irreversível é o processo revolucionário português como o carácter de vanguarda da classe operária do PCP. Aqueles que querem remeter-nos a um lugar subalterno na arrumação das forças políticas portuguesas cometem um grave erro de cálculo.

Todas as energias do PCP estão viradas para as tarefas prioritárias da Revolução democrática rumo ao socialismo e os trabalhadores portugueses de há muito se habituaram a olhar para os comunistas como o seu destacamento mais consciente e avançado.

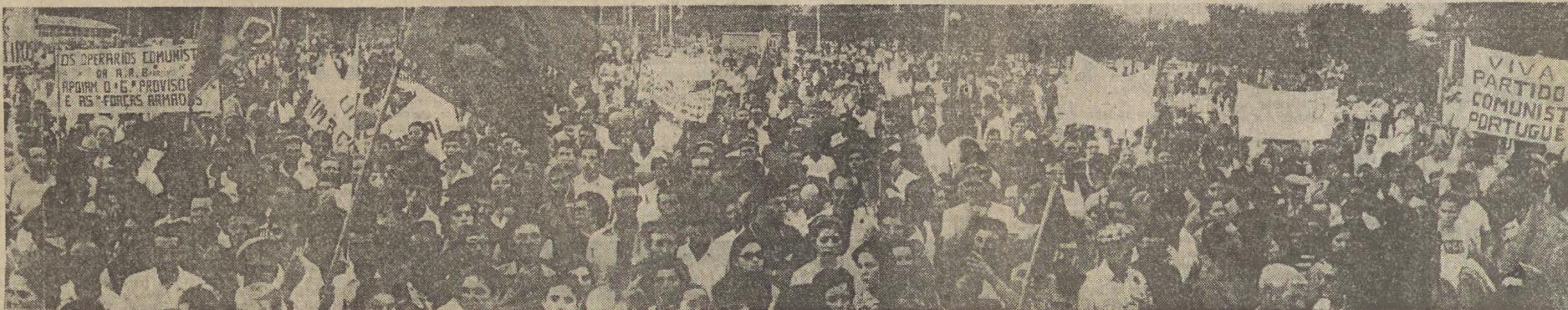
A batalha da produção tem já os seus pioneiros e aí estão e estarão os comunistas como dos mais esforços combatentes. Os exemplos dos operários e operárias da Gel-Mar, da SEICLA ou da SOREFAME, dos camponeses das cooperativas Estrela Vermelha e do Mouchão do Inglês mostram que as grandes tarefas da reconstrução do Portugal democrático em marcha para o socialismo e a batalha da produção começam já a ter os seus triunfadores.

Este caminho será irreversível porque ao lado do Povo e dos trabalhadores está o MFA, esse baluarte da Revolução portuguesa que alguns néscios sonham abater.

Hoje, depois de um dia de labor nas fábricas, nos campos, nos escritórios, o povo trabalhador virá à rua reafirmar a sua confiança nos valentes «capitães» do 25 de Abril, dizer-lhes que está ao seu lado na exaltante tarefa de erguer um Portugal livre, democrático e independente e mostrar-lhes que aqueles que tentam combatê-los e destruí-los têm uma falsa noção da sua força real.

O Povo está com o MFA e o MFA está com o Povo. É uma força indestrutível que avançará com segurança e firmeza na construção do futuro, quer o queiram quer não os profetas da desgraça, a pedra basilar sobre que há-de erguer-se o Portugal socialista de amanhã.

O Povo
está com o MFA
o MFA
está com o Povo



Nota do PCP

SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA

1. Hoje, dia 22 de Maio, o PCP foi surpreendido pela decisão dos dirigentes do PS de deixarem de participar no Conselho de Ministros enquanto não forem aceites determinadas condições.

Esta decisão aparece inserida numa vasta e histórica acção do PS contra a política e as medidas progressistas do Conselho da Revolução e do Governo Provisório, contra o processo democrático, contra as forças revolucionárias, contra o MFA.

De momento o PS toma como pretexto o conflito dos trabalhadores com a Direcção do «República». Mas essa acção vem de trás, intensificando-se depois do 11 de Março e das medidas progressistas tomadas pelo Conselho da Revolução, tendo sido tentada uma grande operação divisionista no 1.º de Maio.

O PS está actuando, não como um partido do Governo, mas como um partido da oposição, polarizando à sua volta forças reaccionárias e conservadoras, incluindo grupos esquerdistas pseudo-revolucionários.

2. Com as suas atitudes e actividades, o PS falta ao compromisso que antes das eleições tomou ao assinar, tal como o PCP e outros partidos, o pacto com o MFA. Põe assim em causa o sistema de poder

existente, designadamente o Governo de coligação. A direcção do PS toma uma pesada responsabilidade pelas consequências de uma tal orientação e actividade.

3. As atitudes e actividades do PS, secundado pelo PPD e por grupos provocatórios pseudo-revolucionários, estão servindo e animando as forças da reacção.

O PCP chama a atenção do povo português para a coincidência desta actividade, com as provocações contra-revolucionárias do MRPP, as tentativas de deterioração da situação económica e social, os apelos a greves que não servem nem os trabalhadores nem o processo democrático, o anúncio de manifestações e concentrações com carácter reaccionário.

4. A acção do PS está fomentando no estrangeiro uma campanha caluniosa contra a jovem democracia portuguesa, e alimentando com falsos pretextos e argumentos tendenciosos a reacção internacional e os círculos mais agressivos do imperialismo.

5. O PCP tem lutado infatigavelmente pela unidade do povo, pela cooperação das forças democráticas, por um Governo de coligação, pela fraterna aliança com o MFA.

Apesar do violento anti-comunismo do PS, o PCP

tem insistido no exame comum das relações e da possível cooperação entre os dois partidos.

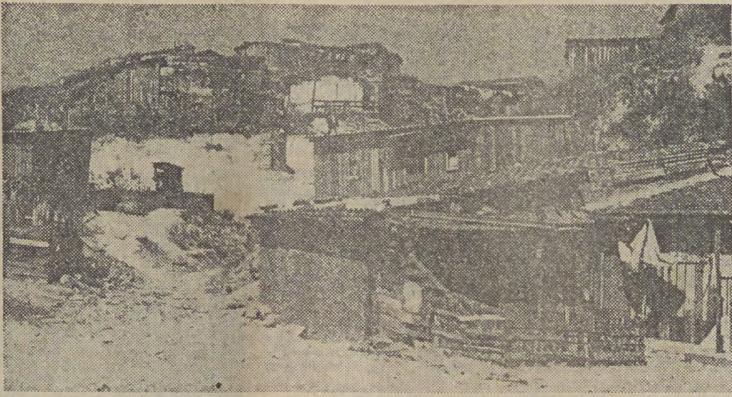
As posições e actividades do PS podem porém conduzir à impossibilidade do Governo de coligação e de todo o actual sistema de Poder.

Se o PS destruir com a sua acção o sistema de coligação, tira qualquer razão de ser à própria Assembleia Constituinte, eleita na base do pacto dos partidos com o MFA.

O Povo Português não permitirá que seja posto em causa o processo revolucionário e as grandes conquistas democráticas alcançadas desde o 25 de Abril, e mais particularmente desde o 11 de Março. Não permitirá que seja posta em causa a construção de um regime democrático, a caminho do socialismo.

O PCP apela para a vigilância do Povo Português. O PCP apela para a unidade da classe operária, das massas populares e de todas as forças democráticas e progressistas, para o reforço do movimento popular com o MFA na defesa da liberdade e da revolução portuguesa.

22 de Maio de 1975.
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



Uma imagem que é necessário apagar do nosso país, possibilitando que todas as famílias tenham uma habitação condigna

UMA POLÍTICA HABITACIONAL DEMOCRÁTICA

Aguarda-se que brevemente o Governo Provisório, na prossecução de uma política económica-social posta ao serviço das classes mais desfavorecidas da população, anuncie novas e importantes medidas relativas ao problema da habitação e à reanimação da indústria turística. Ambos os sectores, em que se faz sentir a necessidade de uma dinâmica de desenvolvimento tendente a ultrapassar graves carências, interessam particularmente à classe trabalhadora. Trata-se, por um lado, de levar à prática o direito dos trabalhadores a um alojamento condigno e de criar novos postos de trabalho com o incremento da indústria da construção civil e da indústria turística que pode constituir uma importante origem de divisas tão necessárias à economia nacional.

No Programa do nosso Partido, aprovado no VII Congresso Extraordinário, realizado a 20 de Novembro último, apontava-se como um dos meios de elevação do nível de vida das classes operárias e do povo em geral, a necessidade da «reforma urbana com a expropriação e nacionalização de prédios urbanos pertencentes ao capital monopolista. Nova política de construções de habitações,

renos ou da construção de edifícios já que estes se devem, desinar sobretudo, para as camadas de população que procuram a habitação social.»

Sistema de rendas proporcional aos rendimentos familiares

Uma das preocupações do Governo será o estabelecimento de um sistema de rendas proporcional aos rendimentos familiares. Esta a conclusão a extrair das posições assumidas pelo coronel Augusto Fernandes na RTP, as quais se dirigem ao encontro de profundas aspirações da classe operária e de outras camadas de trabalhadores no nosso País, flageladas por uma política habitacional que lhes retirou todo o acesso ao usufruto de uma casa. Recorde-se que, segundo um vasto inquérito, efectuado ainda em pleno regime fascista, apenas 10 por cento das famílias portuguesas podiam suportar os montantes das rendas de habitação, enquanto 65 por cento tinham de ser auxiliadas em maior ou menor grau e 25 por cento eram insolventes mesmo para habitações de padrões mínimos.

Assim no âmbito de uma política social desejável, os agregados com rendimentos mensais inferiores a 2500\$00 deveriam ter direito a casas sem pagamento de renda, acrescentando o ministro de Equipamento Social e Ambiente que «para os rendimentos inferiores a 4000\$00 seria socialmente desejável que as rendas se inscressem dentro destes limites: 250\$00 a 400\$00; para os de 4 a 10 contos: 400\$00 a 1000\$00; 10 a 15 contos de: 2375\$00; superiores a 15 contos: 3750\$00. Ora são precisamente as classes mais desfavorecidas que se despendem cerca de 50 a 60 por cento do seu rendimento mensal. A questão da renda terá de ser estabelecida sempre em função do rendimento mensal das famílias portuguesas, o qual se situa ainda para «15 por cento da população em montantes inferiores a 4000\$00; cerca de 53 por cento tem rendimentos compreendidos entre 4000\$00 a 10 000\$00; 28 por cento entre 10 000\$00 a 15 000\$00; 4 por cento, rendimentos superiores a 15 000\$00 mensais.»

Segundo o coronel Augusto Fernandes, importa ainda incrementar a aquisição de casa própria entre a população portuguesa. Para isso, prevê-se que aos compradores de casas, os fogos até 4000\$00 por metro quadrado sejam financiados em 90 por cento do custo total, com juros a 7 por cento e amortizáveis em 17 anos. Serão ainda subsidiados os fogos com custos superiores por metro quadrado segundo uma percentagem e prazos de amortização variáveis.

Para que esta política habitacional seja concretizada desde já, o Governo Provisório, nos próximos sessenta dias, lançará «emprendimentos públicos no valor total de 2490 mil contos distribuídos pelo ensino primário, ensino preparatório, ensino secundário e universitário, infra-estruturas rodoviárias, auto-estradas, obras hidráulicas, saneamento básico, construções hospitalares, edifícios e monumentos nacionais.»

A marcha para a construção de um parque habitacional que satisfaça, de facto, as necessidades e direitos dos trabalhadores e do povo em geral, será um processo lento, no entanto, se as massas populares corresponderem, em todos os níveis, aos esforços do Governo ao lançar as bases de uma política democrática no sector habitacional, este processo poderá acelerar-se notavelmente. Aqui, como noutros domínios, é a vontade popular em movimento que compete destruir a terrível herança deixada pelo governo fascista.

Analisar os graves problemas do sector habitacional no nosso País é passar mais um libelo acusatório ao fascismo. Ultrapassar estes problemas, através de uma firme participação popular, é contribuir para o triunfo do processo revolucionário.

GRANDE COMÍCIO NO COUÇO

(Continuado da 1.ª pág) quem a trabalha, aos camponeses.

Constantemente interrompido aos gritos de «A Vitória é difícil mas é nossa», «O Povo está com o MFA» e «PCP-PCP», o camarada Alvaro Cunhal prosseguiu o seu discurso, referindo-se à invencibilidade da aliança do movimento popular de massas com o Movimento das Forças Armadas e às desesperadas tentativas da reacção para os dividir e quebrar essa aliança.

«Mas nós estamos certos — acentuou o secretário-geral do nosso Partido — de que o nosso povo saberá defender a sua unidade, saberá impor a unidade das forças democráticas que se mantiverem e se reforçará a unidade do MFA, que o Povo e as Forças Armadas prosseguirão a revolução portuguesa e conseguirão instaurar no nosso País um regime democrático e finalmente construir uma sociedade socialista.»

O Partido Socialista não quer o socialismo em Portugal

Nessa altura, o povo do Couço, mostrando-se consciente das suas opções, gritou: «Socialismo sim, vigarice não.» O camarada Alvaro Cunhal respondeu a este grito da multidão e após ter salientado que era um grito que hoje se ouvia um pouco por todo o País, disse: «Queremos socialismo e não vigarice do socialismo. E na

para a construção do socialismo e do comunismo.»

Acerca das divergências que opõem o partido dos trabalhadores ao PS, o camarada Alvaro Cunhal acrescentou: «Isto acontece porque o Partido Socialista não quer que a revolução vá para diante, porque o Partido Socialista não quer o socialismo em Portugal.»

Reforma agrária e batalha da produção

Ainda acerca da reforma agrária, o secretário-geral do PCP salientou: «Não basta que a terra seja entregue a quem a trabalha. É necessário que essa terra seja bem cultivada para que possa dar o sustento dos que nela trabalham. Seria mau que houvesse um fracasso por falta de crédito, de sementes, de adubos, de transporte, de mercado. É necessário trabalhar para que as novas explorações possam dar bom rendimento e assim assegurar uma vida desafogada e confortável aqueles que nelas trabalham. E preciso aprender com as experiências para que cada exploração agrícola que se crie já no quadro da reforma agrária seja um sucesso.»

Após ter referido as diferenças entre cooperativa e herdade do Estado, o camarada Alvaro Cunhal enumerou, de seguida, os grandes problemas que os trabalhadores devem estar preparados para resolver, sugerindo vias aos países socialistas



lhor e que a batalha da produção será bem mais fácil no dia em que os trabalhadores da terra tenham eles próprios as terras na sua mão para dirigirem as explorações agrícolas para dirigirem toda a agricultura.

Momento das decisões

«Estamos na verdade no momento das decisões — acrescentou o secretário-geral do nosso Partido. — Ou continua o governo de coligação, com socialistas e outros portugueses, mas esses partidos vão para diante com o Movimento das Forças Armadas e com outras forças revolucionárias para o socialismo, ou os socialistas insistem em cortar o nasso à revolução.»

Em seguida, o camarada Alvaro Cunhal salientou: «Pela nossa parte, tudo faremos para evitar uma crise grave, tudo faremos para que a revolução portuguesa naquilo que depende de nós, caminhe por diante, sempre com o cravo na espingarda. Tudo faremos para isso. O mal está em que os outros não queiram. Mas pensamos que a revolução portuguesa não pode ser sacrificada, que é necessário que todo o povo se una em defesa da revolução e das suas conquistas e que as forças democráticas e populares, junto com as Forças Armadas, garantam o prosseguimento da revolução portuguesa em direcção ao socialismo.»

Os grandes agrários e capitalistas têm medo do comunismo

Mais adiante, referindo-se à histórica campanha anticomunista, fomentada pela reacção e por todos aqueles que estão interessados em tudo menos no socialismo, o camarada Alvaro Cunhal afirmou: «Diz-se, por exemplo, no estrangeiro que o Povo Português tem medo do comunismo. Porém, quem tem medo dos comunistas são os grandes agrários de Coruche e do Alentejo, os banqueiros e os grandes capitalistas. Não porque os comunistas lhes façam algum mal, mas porque, por exemplo, as terras acima de 500 hectares de sequeiro



verdade podemos dizer que há razão para gritar e para advertir, porque há quem se diga socialista mas não queira o socialismo.»

E, mais adiante: «Lamento não poder dizer neste comício que todas as forças democráticas estão unidas, que os seus próprios problemas, entreajudando-se.

Sublinhando que a actividade corticeira deve ser nacionalizada, embora nos casos de pequena e média propriedade deva ser respeitada a exploração individual, o camarada Alvaro Cunhal apontou soluções para os problemas das colheitas afirmando a sua certeza de que os camponeses ribatejanos e alentejanos se vão transformar para me-

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

ASSINA O "AVANTE!"

AS

edições Avante!

ESTÃO na FEIRA DO LIVRO do PORTO

LIVRO DO DIA

TODOS OS DIAS UM LIVRO DO DIA DIFERENTE

Avante!

ASSINATURAS

TABELA DE PREÇOS - 50 NÚMEROS

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal (superfície)	180\$00 ☐
Via aérea	240\$00 ☐
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal (superfície)	190\$00 ☐
Via aérea	570\$00 ☐
ESPAÑA	
Via normal (superfície)	190\$00 ☐
Via aérea	270\$00 ☐
RESTANTES PAISES EUROPEUS	
Via normal (superfície)	320\$00 ☐
Via aérea	430\$00 ☐
GUINÉ-BISSAU	
Via normal (superfície)	190\$00 ☐
Via aérea	570\$00 ☐
BRASIL	
Via normal (superfície)	190\$00 ☐
Via aérea	630\$00 ☐
RESTANTES PAISES	
Via normal (superfície)	320\$00 ☐
Via aérea	730\$00 ☐

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos requeiram cheque ou vale de correio.

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO CONSTRUIR O FUTURO

(Continuado da 1.ª pág)

não conseguirão levar a água ao seu moinho. Não farão recuar aqueles para quem o capitalismo não cai de pobre.

Por isso a audição é grande quando se fala em lutar pela produção, quando os trabalhadores falam e actuam, tendo em mente essa batalha para a qual, no dizer firme do Primeiro-Ministro, não há meio caminho, nem meias-tintas.

Os trabalhadores portugueses não querem colher frutos apodrecidos, nem dar seiva a uma árvore que não é deles. O que resta do regime terrorista, defensor dos monopólios e do latifúndio, só servirá aos trabalhadores quando eles o puserem, realmente, ao seu serviço, quando o puserem ao serviço do povo português.

E é nesse sentido que se fortalece todos os dias a aliança do movimento popular com o P.M.F.A. É nesse sentido que o nosso Partido, como vanguarda das classes trabalhadoras, tem nas suas fileiras os trabalhadores que constituem o combate diário pela unidade, recusando a falsa ideia de que a filiação partidária seria um entrave à defesa conjunta e unitária dos verdadeiros objectivos nacionais, nesta fase de transição rumo ao socialismo.

Assim, a batalha da produção prosseguirá, como bem o demonstram os exemplos que hoje damos.

Construir para durar

No último fim-de-semana, foram visitadas por membros do Governo e do MFA algumas empresas onde o esforço dos trabalhadores é uma prova diária (a melhor prova) de que estão solidários com a construção do socialismo e assumem responsabilidades que o patronato abandonou. Entre outros exemplos, é o que se verifica nas minas de sal-gema, em Loulé, visitadas pelo ministro do Trabalho, major Costa Martins, onde a grave situação criada pelo patronato exige dos trabalhadores grandes sacrifícios para manterem a laboração.

Visitando a mina, o ministro teve mais uma vez ocasião de apreciar a decisão e a firmeza de homens a quem não assustam as tarefas mais rudes e menos compensadas, desde que mantenham a certeza de trabalharem para o verdadeiro avanço do processo revolucionário, para percorrer com segurança o caminho que levará ao fim da exploração do homem pelo homem.

Com reservas para 3000 anos de exploração a 1000 toneladas de extracção diária, as minas de sal-gema de Loulé podem adquirir real valor na nossa economia. Disso se intendeu junto da comissão de trabalhadores o ministro Costa Martins, que prometeu um estudo atento e o melhor interesse do Governo para ali criar outras condições de trabalho e de rentabilidade.

A mesma vontade de construir para durar, a mesma vontade de defender as riquezas nacionais, que até agora foram esbanjadas pelos exploradores, foi a certeza com que depararam os representantes do Conselho da Revolução e da INATEL (ex-FNAT), que se deslocaram, no último fim-de-semana, às minas do Pejão. A par da esperança em melhores dias, os trabalhadores mineiros têm vindo a aumentar a produção, relegando para segundo plano reivindicações justas que há muito esperam ver satisfeitas. Manifestaram mesmo a decisão de passar a trabalhar um domingo por mês, ao salário normal, para assim contribuírem ainda mais para a batalha da produção.

Estes exemplos são um aviso para todos os inimigos da revolução e deles sairá reforçada a consciência das classes trabalhadoras para quem a dedicação total ao seu País não cessa, antes aumenta, nas horas de sacrifício, defendendo ardorosamente um património que, até agora, servia para os explorar e oprimir. Nenhum prémio poderá compensar com justiça essa dedicação. No entanto, e embora tenha disso consciência, a INATEL distinguiu oito trabalhadores do Pejão, com 15 dias de férias por conta do organismo. Outros trabalhadores virão, certamente, a gozar daquela justa regalia, pois são inúmeras e inequívocas por todo o País as provas de azeite total e de firme empenhamento em produzir mais e melhor para vencer a batalha em que se joga o futuro nacional.

A sobrevivência da Revolução

— A nossa intenção é tentar produzir mais e os próprios camaradas do escritório se vieram juntar a nós nesta tarefa. Isto representa uma grande satisfação, pois não queremos a divisão das classes trabalhadoras.

— disse-nos Joaquim Loureiro, motorista e membro da Comissão Revolucionária de Trabalhadores da Gel-Mar.

Integrando-se na batalha da produção os operários da Gel-Mar levaram a efeito, no sábado passado, uma jornada de trabalho com a colaboração espontânea e gratuita de todos os trabalhadores dos diversos sectores. Assim, o trabalho iniciou-se às oito

horas da manhã e terminou às 17, com uma hora de intervalo para a refeição. Poucos foram os que faltaram e os casos que se sucederam resultaram essencialmente de pessoas que tinham compromissos inadiáveis. Mesmo assim e segundo nos confessaram, num dia normal de trabalho é frequente haver mais pessoas a faltar.

A Gel-Mar vivia uma grande azáfama na manhã de sábado, quando ali entramos. Em todos os peitos um cravo vermelho indicava que os trabalhadores estavam decididamente do lado da revolução que se vive neste País, apesar de algumas forças políticas a quererem travar.

Judite Ferreira, operária fabril e também ela pertencente à Comissão Revolucionária de Trabalhadores, disse-nos:

— Nós na Gel-Mar fomos os pioneiros da batalha da produção quando no dia 21 de Abril, logo a seguir ao incêndio que destruiu uma parte importante das nossas instalações, lançámos o alvitre para aumentarmos a produção. Agora gostávamos que todos os trabalhadores progressistas do nosso País seguissem o nosso exemplo.

— Só assim é que se vê quem está realmente com a revolução — frisou, por seu turno, Joaquim Loureiro, que acrescentou:

— É muito fácil usar um emblema ou dizer que se pertence a este ou aquele partido. No entanto, o trabalhador progressista vê-se quando está disposto a fazer sacrifícios, a trabalhar.

— Até o Neves, com a perna partida, veio trabalhar — disse José Manuel Rodrigues, mecânico do frio e membro da Comissão, que, entretanto, se juntara ao grupo e ouvia atentamente a conversa. Manifestando a sua opinião sobre o que representa para ele a batalha da produção, afirmou:

— Da batalha da produção depende a sobrevivência da revolução e todos nós teremos de participar para que se consiga atingir o socialismo. É fundamental. Acho que esta iniciativa devia ser extensiva a nível nacional.

No pátio da entrada uma grande cartaz onde se anunciava a iniciativa, terminava com esta frase: «Se a produção pára, o País morre. Por isso dá-lhe vida, pois a produção é o sangue arterial que o vai fazer rejuvenescer.»

No interior da fábrica as pessoas trabalhavam com afinco. Lado a lado, operários e empregados de escritório, desempenhavam as suas tarefas. Manuel Pinto Coelho, que habitualmente trabalha na contabilidade, dedicou-se no sábado a empacotar peixe congelado. Foi ele que nos disse:

— Isto é uma união autêntica e acho que a batalha da produção é um dever de todos os cidadãos, pois além de estarmos ao lado do MFA, estamos com o País. Mas temos de nos capacitar que a batalha da produção não é só de um dia. Todos os dias, nas horas normais de serviço, temos de trabalhar mais e melhor.

Entretanto, nas instalações da Docapesca registava-se a visita do comando do Regimento de Lanceiros, constituído pelos majores Cuco Rosa, Tomé e Campos de Andrade e o capitão Marques Pinto. Trocando impressões com os trabalhadores ou participando em momentos das Forças Armadas interessaram-se vivamente pelo processo que se estava a desenrolar, recolhendo opiniões ou dando sugestões.

Em todas as secções onde os elementos das Forças Armadas estiveram, se faziam sentir as manifestações de carinho por parte dos trabalhadores. O diálogo surgia quase de imediato, franco e livre.

Mas a nota dominante era, realmente, produzir mais e melhor. A secção de peixe fresco, secção cujo trabalho faz movimentar todas as outras secções, deu a prova cabal do empenhamento dos trabalhadores na batalha da produção que urge vencer. Assim, só na manhã de sábado aquelas trabalhadoras tinham produzido tanto como o habitual num dia completo de trabalho. E Rosa dos Anjos Silva, há treze anos na Gel-Mar, confessou-nos durante um momento de folga:

— Temos de trabalhar todos os dias com mais vontade e isso será possível todos os dias se levantarmos a casa e assegurarmos o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos. Até me sinto feliz — desabafa.

Outros trabalhadores comentam a batalha da produção e lamentam os que só estão interessados em reivindicar direitos sem nada fazerem para os merecer. Em relação à Gel-Mar, verificou-se apenas uma nota discordante pelo facto de a delegação de Matosinhos não ter aderido à jornada do dia da produção, ao contrário das delegações de Montemor, Olhão e Coimbra, que deram todo o seu apoio. Foi com grande mágoa que a Comissão Revolucionária dos Trabalhadores verificou que os seus colegas do Norte não tinham aderido a uma iniciativa que reverte essencialmente para eles.

A Gel-Mar, presentemente, conta com a intervenção do Estado na resolução dos seus problemas mais prementes e se a situação não é famosa devido ao passado, como nos explicou Rogério de Freitas Santos, nota-se já uma recuperação devido à intervenção estatal e ao saneamento de todos os elementos fascistas da empresa. Actualmente, está em estudo a reorganização da fábrica para que se venha a verificar um melhor aproveitamento. Nos últimos dois meses, segundo outra informação, conseguiu-se pagar os salários sem que se verificassem as dificuldades anteriores, o que demonstra que os problemas maiores estão em vias de serem resolvidos.

A jornada de trabalho que a Comissão Revolucionária de Trabalhadores da Gel-Mar realizou, no sábado passado, constituiu um êxito pela participação que registou e ainda pela vontade que os trabalhadores demonstraram no trabalho executado. Outras iniciativas do género poderão ser realizadas. No entanto, o importante é que os trabalhadores se consciencializem de que a batalha da produção se processa todos os dias, trabalhando mais e melhor e em relação aos trabalhadores da Gel-Mar esse desejo é manifesto.

Construir um País novo

«Camaradas, solidários com a nossa comissão administrativa, continuaremos cada vez mais coesos na nossa honesta luta, necessária para travar a reacção e para que a nossa empresa, juntamente com todas as outras progressistas, contribua para que a batalha da produção seja mais uma vitória da união Povo/MFA.» Participar na união Povo/MFA! É nestes termos que um trabalhador da firma Eduardo Ferreirinha & Irmão — Motores e Máquinas EFL, faz coincidir a palavra com o trabalho do dia-a-dia, num impulso revolucionário onde a unidade das massas trabalhadoras e a sua aliança com o MFA são o coração da luta.

«A batalha da produção é, em suma, a construção do País novo» — disse o secretário do Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, ao visitar aquela fábrica. Batalha que se traduz na reestruturação de todo o aparelho produtivo, «tem como vectores principais o produzir mais, o produzir melhor, o produzir com menores custos. A busca de soluções mais económicas, a descoberta de novos mercados, a reconversão de sectores industriais, a simplificação administrativa e a inovação tecnológica são outras direcções importantes» — frisou aquele membro do Governo, deixando bem claro que «querer mudar as relações de produção, ou construir o socialismo sem colocar o capital financeiro nas mãos da colectividade, não é mais do que lançar poeira para o ar, ou tentar vender gato por lebre.»

E isso os trabalhadores não permitirão. Os aplausos que apoiaram a intervenção do dr. Carlos Carvalhas não foram simples provas de apreço por parte dos trabalhadores da EFL. Foram gestos conscientes de participação revolucionária, de solidariedade e de determinação na luta. A força da unidade não será quebrada quando trabalhadores afirmam como os da EFL: «Fomos explorados e alguns até perseguidos, é verdade. Mas também

não é menos verdade que isso, de certo modo, serviu para agora darmos mais valor a este momento histórico...» Os trabalhadores sabem o que foi o fascismo e não querem voltar atrás.

Sabem, como sublinhou o secretário de Estado do Trabalho, que «com as nacionalizações, uma boa parte do valor criado no País já está à disposição da colectividade». O alto significado que aquele membro do Governo atribuiu à perfeita compreensão desse facto, inclui, por outro lado — e os trabalhadores compreendem-no — a correcção do erro que seria pensar «que as nacionalizações alteram, do dia para a noite, as relações de produção». Só assim o crêem aqueles que «não só não distinguem os objectivos imediatos dos objectivos a curto, médio e a longo prazo, como também desejam queimar fases e etapas distintas da revolução». Mas os trabalhadores sabem que a paciência é inimiga da eficácia e nada tem a ver com as conquistas sólidas e duradouras que nos levarão ao país novo em que viverão os nossos filhos.

Uma delegação da CGT, chefiada por Georges Seguy, secretário-geral, e composta por Christianne Gilles, René Duhamel, secretários, e Gaston Henry, membro da Comissão Executiva e secretário-geral da Federação dos Portugueses, visitou Portugal de 21 a 23 do corrente mês, a convite da Intersindical.

A sua chegada ao nosso país, Georges Seguy falou aos jornalistas que o aguardaram no aeroporto, tendo afirmado:

— Seguimos com muita atenção e dispomos de documentação muito precisa sobre tudo quanto em Portugal se disse em relação à unidade sindical e sabemos quem são os que a combatem. Pois bem, nós consideramos singular que alguns homens políticos que se pretendem reclamar da esquerda e que acham absolutamente normal a existência de centrais sindicais únicas, na Alemanha Federal ou na Inglaterra, por exemplo, contestem esse direito aos trabalhadores portugueses.

«No fundo — prosseguiu Seguy — podemos perguntar se é a central única que eles contestam ou o conteúdo de classe que lhe querem dar os trabalhadores portugueses, como é de seu direito.



Durante a jornada de produção que o Conselho Revolucionário de Trabalhadores da Gelmar promoveu no sábado passado registou-se a visita do comando do Regimento de Lanceiros que observou atentamente o trabalho das diferentes secções da fábrica, chegando muitas vezes a colaborar também nas tarefas a que todos se dedicavam

DELEGAÇÃO DA CGT EM PORTUGAL

«Sonhamos com o dia em que a França tomará o mesmo caminho e os nossos dois países poderão, de mãos dadas, participar na modificação do panorama político da Europa Ocidental — afirmou George Seguy

Dir-se-ia que são pela central única quando ela é dominada pelo reformismo e a colaboração de classes e são contra quando as ideias da classe trabalhadora predominam no seio do movimento sindical. Aliás, é semelhante a posição dessas correntes em França.»

Quando à posição da CGT sobre a unidade sindical consagrada em Portugal, Seguy considerou essa posição «simples e clara» para qualquer sindicalista ou sindicalizado: «Nós sempre combatemos em França pela unidade sindical, para que todos os trabalhadores se juntem no seio de uma central sindical única e unitária, e ainda não desesperámos de o conseguir, discutindo com as outras organizações. Nós não confundimos a necessidade, em países democráticos como os nossos, da pluralidade dos partidos com a pluralidade dos sindicatos. Todos os trabalhadores, indistintamente das suas opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, têm interesse em se juntar no seio de uma só central sindical. Por isso compreendemos muito bem os esforços que fazem os trabalhadores portugueses e os militantes sindicallistas para conseguir esse resultado e para se asse-

gurarem, após 50 anos de fascismo, de um certo número de garantias, inclusivamente a via legislativa, de tal modo que não possa haver lugar para uma divisão sindical que seria gravemente prejudicial aos interesses dos trabalhadores portugueses e, por consequência, à democracia e ao futuro socialista do País.»

Durante a sua estada, a delegação da CGT teve encontros com dirigentes sindicais, militantes e trabalhadores de Lisboa, Barreiro e Porto. Foi, também, recebida pelo Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves e pelo ministro do Trabalho, major Costa Martins.

A delegação, que manifestou o apoio e a solidariedade da CGT à Intersindical como representante autêntico do novo movimento sindical livre e democrático, saudou as primeiras realizações económicas e sociais do poder democrático, apoiado no MFA e no Povo, no campo das nacionalizações, do desenvolvimento da segurança social, do melhoramento do poder de compra dos trabalhadores e para o estabelecimento de um programa de desenvolvimento económico progressista.

A delegação salientou, ainda, a importância do movimento de libertação e de independência dos povos, o processo de descolonização iniciado em 25 de Abril de 1974 em relação aos trabalhadores e aos povos das antigas colónias portuguesas.

Depois de lembrar a solidariedade manifestada pelos trabalhadores franceses aos trabalhadores portugueses

No Domingo

MANIFESTAÇÃO EM ÉVORA

Promovida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores dos distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal realiza-se no próximo domingo, dia 1 de Junho, em Évora, uma manifestação cuja concentração está marcada para as 11 horas, no Rossio de S. Brás.

A referida manifestação é convocada sob as palavras de ordem:

- Pelo controlo das searas, dos gados e das máquinas pelos trabalhadores;
 - Pelo avanço da Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha;
 - Pelo reforço das organizações dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores;
 - Por uma vigilância revolucionária;
 - Pela unidade e pela aliança do Povo-MFA.
- Os organismos promotores convidam a participar na manifestação o Conselho da Revolução; o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Estado dos trabalhadores e dos governadores civis do Sul,

nas duras condições da ditadura fascista, a delegação da CGT assegurou à Intersindical e aos trabalhadores portugueses a sua vontade de continuar sob novas formas aquela solidariedade, assegurando a defesa dos trabalhadores portugueses emigrados em França e combatendo as tentativas de bloqueio económico por parte das sociedades multinacionais.

— Vimos — disse Georges Seguy — como representantes da classe operária francesa, da primeira central sindical do país, trazer aos nossos ir-

mãos portuguesas as saudades calorosas dos trabalhadores franceses, de todos os democratas que seguem com grande interesse e uma viva simpatia a luta em que aqui se está empenhado e o processo revolucionário de transformação da sociedade numa opção socialista. É um grande acontecimento e nós sonhamos com o dia em que a França tomará o mesmo caminho e os nossos dois países poderão, de mão dada, participar na modificação do panorama político na Europa Ocidental.



28 de SETEMBRO

a conspiração da "MAIORIA SILENCIOSA"

PREFÁCIO

Se a ofensiva contra-revolucionária do mês de Setembro de 1974 tivesse sido bem sucedida, teria culminado com a declaração do estado de sítio, os plenos poderes do general Spínola e a instauração de uma nova ditadura. A maior vaga repressiva de sempre teria abafado as forças democráticas e o MFA.

Tratou-se de uma grande e complexa operação desenvolvida nas mais variadas frentes. A reacção procurava provocar a deterioração da situação económica, política e social até um ponto em que se justificasse, como natural e «salvadora», a intervenção, apoiada em forças militares, do então Presidente da República.

Spínola polarizava as actividades das forças conservadoras e reaccionárias. O centro da contra-revolução estava em Belém.

O ataque à «incapacidade» do Governo, as calúnias e intrincadas contra o MFA, a campanha anticomunista, os golpes contra-revolucionários em Angola e Moçambique, a agudização artificial de certos conflitos sociais cuja verdadeira intenção política era escondida aos trabalhadores, as tentativas de greves nos transportes, a multiplicação das provocações, a intervenção dos grandes grupos do capital oferecendo demagogicamente investimentos e postos de trabalho — constituíram linhas de ataque convergindo para a manifestação do 28 de Setembro, que deveria aparecer como a «exigência do povo» para que Spínola assumisse plenos poderes.

No período de preparação da manifestação, multiplicaram-se os partidos e os jornais reaccionários e foram afixados milhões de cartazes anticomunistas.

Entretanto desenvolvia-se um intenso trabalho subterrâneo de conspirações. Partidos reaccionários, que cobriam actividades subversivas com a fachada legal, davam apoio organizado. Oficiais da confiança de Spínola acompanhavam de perto, dominavam e dirigiam os vários centros de iniciativa contra-revolucionária.

Talvez paradoxalmente, tratando este volume da conspiração do 28 de Setembro, não aborda propriamente a conspiração, as combinações, compromissos e planos tecidos e subscritos na sombra. O nosso objectivo é porém diverso. É apresentar o desenvolvimento da ofensiva política, mostrando através dos factos, a dinâmica da operação que devia conduzir à liquidação da jovem democracia portuguesa.

Não aborda tão-pouco este volume a acção das massas populares e do MFA para desarticular e finalmente derrotar estrondosamente a tentativa contra-revolucionária. Essa será um dia a matéria de um outro volume.

Avante! na divulgação da linha do Partido

Nacionalizações e «capitalismo de Estado»

Entre os muitos argumentos de todos os tipos utilizados contra as medidas de nacionalização tomadas pelo Conselho da Revolução assume uma particular importância a «acusação» de que as nacionalizações abrem caminho a um sistema de «capitalismo de Estado».

Grupos verbalistas de um lado e social-democratas de outro, numa concordância a todos os títulos significativa, erguem-se contra as nacionalizações em nome de uma objecção cujas origens só podem ser encontradas na ignorância ou na má-fé.

● O SISTEMA CAPITALISTA

O regime capitalista caracteriza-se sob o ponto de vista económico pela posse privada dos meios de produção. Fábricas, minas, terras, máquinas, etc., são propriedade privada de pessoas, dos capitalistas, e os produtos produzidos por essas terras, essas máquinas, essas fábricas e essas minas à custa do trabalho de grandes massas de trabalhadores são igualmente propriedade desses mesmos capitalistas que as distribuem depois para a sua apropriação colectiva.

Sob o ponto de vista político, o regime capitalista caracteriza-se por o aparelho de Estado (as polícias, os tribunais, os exércitos, os serviços administrativos e fiscais, etc.) estar — seja qual for a forma de que se revista — ao serviço das classes possuidoras dos meios de produção. As leis destes Estados defendem esta propriedade privada e os crimes são definidos em função desta defesa; as polícias asseguram a continuação desta ordem de coisas e, em última instância, os exércitos deixam de ser o braço armado de defesa da integridade nacional para passarem a ser o instrumento de guerras imperialistas que asseguram a conquista para esses capitalistas de maiores lucros em terras estrangeiras.

● O CAPITAL FINANCEIRO E OS MONOPÓLIOS

O capitalismo monopolista de Estado é uma das formas que a sociedade capitalista assume e, no essencial, corresponde — na sequência de conflitos internos entre os vários possuidores de meios de produção, entre as várias camadas de capitalistas — à posse por parte dos capitalistas monopolistas do aparelho de Estado, passando a usá-lo no seu exclusivo interesse.

O capital monopolista resulta da acção do capital financeiro que, por sua vez, resulta da fusão do capital industrial com o capital bancário.

Explicamos:

Numa fase inicial do desenvolvimento da economia capitalista, as diversas actividades económicas estavam divididas entre várias pessoas. Determinadas pessoas e grupos eram donos dos meios de produção industrial, como as fábricas, outros eram donos de meios de produção, de matérias-primas como as minas. Por outro lado, a actividade comercial determinava o surgimento de instituições de crédito, os bancos, onde ainda outras pessoas movimentavam capitais próprios e alheios que captavam para emprestarem aos outros capitalistas.

A expansão da economia capitalista conduziu a que se fizessem fusões entre as grandes empresas industriais e os bancos. Esta fusão correspondia à seguinte necessidade: para o banqueiro, o facto de ser também proprietário de uma fábrica, permitia-lhe canalizar para essa sua fábrica os créditos que podia conceder com os dinheiros dos seus depositantes, o que dava como consequência que tinha o lucro dos juros do empréstimo que fazia e os lucros dos resultados do investimento que com o empréstimo fazia na fábrica. Para o industrial, a questão é a mesma; sendo proprietário de um banco, podia passar a mobilizar os dinheiros dos seus depositantes para as suas próprias iniciativas, fazendo-as crescer e logo dar mais lucros.

A grande força que se cria assim com a fusão do capital industrial e do capital bancário permite aos detentores do capital financeiro passarem a fazer uma política de concorrência muito dura. Na verdade, as grandes possibilidades que passam a ter, permitem-lhes praticar preços e encerrar expansões (mecanizações, etc.), que

monopolistas). Os meios económicos do Estado são inteiramente colocados ao serviço do capital monopolista, através de investimentos estatais em empresas dos monopólios e de apoios oficiais à sua acção. Finalmente, a política do Estado, nomeadamente nos seus aspectos internacionais, alinha inteiramente com o imperialismo mais agressivo no sentido de defender e alargar a dominação imperialista sobre os mercados e fontes de matérias-primas dos países colonizados, cujos povos lutam pela independência.

A estreita aliança entre os monopólios e o aparelho do Estado determina modificações importantes na configuração da economia interna de um país, alterações que visam no essencial a obtenção de maiores lucros para os grupos monopolistas.

Nomeadamente, o Estado é chamado a desempenhar um papel progressivamente mais interveniente no sector económico, nomeadamente através da estatização de sectores infra-estruturais não lucrativos (transportes, etc.), inicialmente entregues à iniciativa privada, mas tornados não rentáveis. A participação do Estado nesses sectores liberta os grupos monopolistas desses sectores, permitindo-lhes investimentos noutros sectores mais rentáveis. Igualmente se verifica o alargamento do mercado estatal, isto é, o incremento do papel aquisitivo do aparelho de Estado (obras públicas, assistência, etc.), aquisições essas dirigidas preferencialmente ao sector monopolista que pode assim contar com um cliente firme e que funciona a longo prazo, permitindo uma ampliação de lucros pela garantia de encomendas a longo prazo. Finalmente, o Estado é chamado a investir os dinheiros públicos ao lado dos capitais monopolistas o que no essencial conduz a uma redistribuição de mais-valias em benefício do capital monopolista.

● O FASCISMO

Portugal, antes do 25 de Abril, vivia num sistema de capitalismo monopolista de Estado, sendo que o Estado era um Estado fascista. O Estado fascista é uma ditadura terrorista dos grandes monopólios. Significa isto que o Estado fascista se caracteriza por um grande aumento dos meios repressivos do Estado, através do sistema policial e pelas alterações legais necessárias (liquidação das liberdades democráticas). É por esta situação que se designa por **terrorista**.

Este terrorismo do aparelho de Estado dominado pelos grandes monopólios pode não corresponder a um capitalismo monopolista de Estado pois o domínio dos grandes monopólios sobre a máquina de Estado, o seu uso violento, pode não corresponder a um domínio desses mesmos monopólios sobre a vida económica onde têm ainda grande importância outras camadas possidentes (a pequena e a média burguesia). Foi o que aconteceu em Portugal de 1926 até mais ou menos 1950, quando o nascente capital financeiro e seus aliados se apossaram da força do aparelho de Estado e iniciaram a sua política. Naturalmente que esta sua política tinha de conduzir, pela exploração desenfreada das massas trabalhadoras, pela liquidação económica de outras camadas da burguesia, e pela exploração terrorista dos povos coloniais a um capitalismo monopolista de Estado, sistema que se vivia quando os políticos fascistas, lacaios do grande capital monopolista, foram desalojados do aparelho de Estado em 25 de Abril.

● A EXPLORAÇÃO FEITA PELO ESTADO FASCISTA

O tipo de actuação de capitalismo monopolista de Estado seguido pelo Estado fascista e pelo sistema económico fascista pode caracterizar-se com alguns exemplos.

Vejam, por exemplo, o caso da Previdência. Naturalmente que um dos principais papéis do regime fascista era defender, através das suas polícias, dos seus tribunais, etc., a desenfreada exploração a que os capitalistas submetiam as classes trabalhadoras. A luta destas, contudo, frequentemente conquistou vitórias e obrigou os grandes senhores dos monopólios a recuarem. Uma das lutas mais importantes das classes trabalhadoras é a luta pela conquista de assistência na doença e na velhice e, para responder a essa luta, o fascismo criou, ao nível do aparelho de Estado, o sistema das Caixas de Previdência. As Caixas de Previdência passaram a contar com gigantescas somas de dinheiro do fruto de:

— descontos substanciais nos próprios salários dos trabalhadores;

— encargos das empresas que igualmente descontavam para a Previdência.

Que aconteceu a estas somas?

1.º Estas somas foram depositadas nos bancos particulares dos grandes grupos monopolistas, funcionando a Previdência como um vulgar depositante. Os bancos dos monopolistas passaram assim a dispor de elevadíssimos capitais para a sua própria acção;

2.º Por indicação do Estado, as Caixas de Previdência tomaram posições accionistas em empreendimentos dos grandes grupos monopolistas, movimentando capitais próprios para iniciativas que ficavam na mão dos grandes senhores da indústria e da banca;

3.º A Previdência criou um monstruoso sistema burocrático pago pelos trabalhadores, inteiramente dependente do Estado, que retirou das organizações de trabalhadores a gestão dos seus dinheiros e dos seus problemas de assistência, servindo como mais um elemento repressivo cuja eficiência só era compensada pela ineficiência e insuficiência da assistência médica e medicamentosa prestada;

4.º Finalmente, através do Estado e da Previdência, o grande capital monopolista criou mais um encargo obrigatório para as pequenas e médias empresas e assegurou a administração e usufruto (mediante os depósitos nos bancos e os investimentos nas grandes empresas) de capitais que saíam da actividade das pequenas e médias empresas (os descontos para a Previdência).

Verifique-se, finalmente, que a Previdência estatal se tornou um cliente decisivo de largos sectores monopolistas (indústria química e farmacêutica, etc.), que viram o seu volume de negócios grandemente acrescido por um cliente a longo prazo.

Outro exemplo. Tornando legalmente obrigatórios determinados tipos de seguros (fosse a nível individual, fosse a nível de empresas) o grande capital monopolista através do Estado garantia uma enorme fonte de rendimento para os grupos seguradores de que era proprietário.

E assim por aí fora!

● O ESTADO E A ECONOMIA NACIONAL

A evolução desta situação colocou nas mãos do Estado e das instituições dele dependentes grande parte do capital proprietário dos meios de produção portugueses. Por outro lado, a interligação entre o grande capital monopolista que dominava quase inteiramente a vida económica portuguesa e o aparelho de Estado, tornava a acção do capitalismo monopolista muito dependente da acção política e económica do Estado.

A crise final do fascismo reflecte inteiramente essa interdependência e o caso da guerra colonial é o mais esclarecedor.

Os interesses dos monopólios na exploração das riquezas e do trabalho dos povos africanos ditaram que o Estado fascista arrasasse Portugal para a guerra colonial. A guerra, porém, é um fenómeno político e o evoluir militar e político da guerra colonial arrastou o Estado fascista para o desastre: o capital monopolista estava inteiramente amarrado a tal política e foi arrastado na queda política do fascismo.

● OS MONOPÓLIOS E A DEMOCRACIA

Esta interdependência é muito importante para compreender o que se passou em Portugal depois do 25 de Abril e o real significado e capacidades das nacionalizações.

Conforme sempre sublinhou o PCP, a democracia em Portugal era incompatível com a manutenção do poder dos monopólios. E era incompatível com a manutenção do poder dos monopólios porque estes tinham a sua sobrevivência inteiramente ligada ao Estado fascista. A liquidação do Estado fascista implicava a liquidação dos monopólios, a sobrevivência dos monopólios implicava a conservação do aparelho de Estado fascista.

Na verdade, só a feroz repressão fascista consentiu ao capitalismo português capitalizar e consolidar-se não obstante o atraso técnico da economia portuguesa. A repressão fascista permitiu aos monopolistas portugueses, através de uma violentíssima exploração das classes trabalhadoras dos campos e das cidades, compensar as deficiências estruturais e técnicas dos sectores agrícolas e industriais.

Sem a repressão fascista que permitisse abafar os protestos das classes trabalhadoras contra essa superexploração, os monopólios não têm condições técnicas de sobrevivência.

Os monopólios não podiam sobreviver sem as polícias e as leis que reprimiam as greves, sem o apoio financeiro dos dinheiros públicos, sem as medidas proteccionistas legais.

A democracia, ou seja, a liquidação do Estado fascista, não podia construir-se se a acção política ao nível do Estado ignorasse o poder dos monopólios e lhes consentisse as manobras no sentido de deteriorarem a economia nacional e sabotarem as bases económicas de construção de um Portugal para os portugueses.

Colocava-se aqui a interrogação sobre o que fazer.

A verdade é que o capitalismo monopolista de Estado corresponde a uma fase adiantada da evolução do sistema capitalista. Construído através de um Estado fascista ou ganhando progressivamente o «controlo» de aparelhos de Estado de democracia bur-

guesa como é o caso, por exemplo, da França, os monopólios são parte integrante do imperialismo e do imperialismo, como foi cientificamente demonstrado por Lenine, é a derradeira fase do capitalismo.

Prender transformar um capitalismo monopolista de Estado noutra forma de capitalismo é tentar fazer a História andar para trás!

Verificando-se que em Portugal o regime fascista estava indissolavelmente ligado ao capitalismo monopolista de Estado, tentar criar estruturas políticas que correspondam a outras fases de evolução do capitalismo é igualmente tentar fazer a História andar para trás!

● AS POSSIBILIDADES REVOLUCIONARIAS DA CONCENTRAÇÃO

A grande concentração monopolista da economia portuguesa criada pelo fascismo e a grande interdependência entre os grupos monopolistas e o aparelho de Estado criaram condições para que rapidamente se assestassem eficientes machadadas nas estruturas políticas e económicas do capitalismo.

Derrubada a camarilha fascista, as forças democráticas integradas na aliança Povo-MFA encontraram um aparelho de Estado próprio de largos sectores das forças produtivas portuguesas e com grande capacidade de intervenção junto dos grupos monopolistas que dependiam do aparelho de Estado.

Havia contudo que resolver uma contradição: o aparelho de Estado encontrava-se na mão de forças democráticas e com ele o domínio de parte da economia. Contudo, o resto da economia — a sua grande parte — encontrava-se na mão dos grupos monopolistas cujos interesses eram inconciliáveis com os objectivos democráticos traçados politicamente pela aliança Povo-MFA e que esta aliança se esforçava por passar à prática na sua actividade governativa.

Aquela situação herdada do fascismo de dependência dos monopólios do aparelho de Estado e a grande influência deste na vida económica abria uma possibilidade: utilizando este próprio aparelho de Estado, despossar o capital monopolista das suas empresas, do seu domínio dos meios de produção com o qual entretanto sobtava a economia, a vida política e social portuguesa.

● O PAPEL POLITICO DAS NACIONALIZAÇÕES

As nacionalizações surgem assim e antes de mais nada como uma medida política de defesa da democracia, permitida pelas próprias contradições do sistema derrubado em 25 de Abril de 1974.

O seu carácter é, portanto, «a priori» inteiramente diferente das nacionalizações verificadas em países capitalistas — cuja economia capitalista não estava posta em causa — como foi o caso das nacionalizações em Inglaterra em 1945.

Em Portugal as nacionalizações corresponderam a uma necessidade imperiosa de defesa do processo democrático.

Sucedeu, porém e como vimos, que o processo democrático em Portugal se define em contradição com uma fase avançada de capitalismo. Digamos que ao manifestar-se incompatível com o capital monopolista — última fase do capitalismo — a democracia em Portugal se manifesta incompatível com o próprio capitalismo.

As medidas de defesa da democracia e das liberdades em Portugal são por isso — e sempre — medidas anticapitalistas uma vez que têm de afectar o sistema final e mais evoluído de posse privada dos meios de produção, característica do sistema capitalista.

● «CAPITALISMO DE ESTADO»?

E chegamos finalmente ao problema do «capitalismo de Estado». O equívoco da pergunta por que começamos reside afinal no seguinte:

— Se os meios de produção deixam de estar nas mãos da grande burguesia monopolista para passarem a estar nas mãos do Estado, isso não altera a propriedade privada desses meios de produção, uma vez que o sistema é todo o mesmo. Logo, passamos a ter um capitalismo de Estado.

O grande equívoco desta afirmação reside na incompreensão de:

1.º O carácter e papel do Estado;

2.º Os sistemas de distribuição da produção;

3.º As características dos processos revolucionários em geral e do português em especial.

● O DOMÍNIO DO APARELHO DE ESTADO

Em primeiro lugar é necessário compreender que o Estado corresponde sempre a uma estrutura ao serviço de uma camada social: as organizações do Estado, as propriedades do Estado são estruturas ao serviço e propriedades pertencentes à classe social que domina o Estado.

Tentar fazer o paralelo entre o sistema de propriedade privada de meios de produção por um capitalista e a propriedade privada de meios de produção pelo Estado é correcto quando são os capitalistas que dominam o aparelho de Estado. Bem pelo contrário, se o aparelho de Estado for uma estrutura, não ao serviço de uma minoria de exploradores, de uma minoria de capitalistas mas sim de uma maioria de trabalhadores, então a propriedade de meios de produção por parte do Estado corresponde a uma forma (embora transitória) de posse colectiva dos meios de produção por parte da maioria de trabalhadores e da população que domina o aparelho de Estado.

● A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO E A PLANIFICAÇÃO

Por outro lado, o que caracteriza o sistema capitalista não é apenas a posse individual dos meios de produção, mas também a decorrente distribuição da própria produção. Ao ser dono de uma fábrica, o capitalista não se limita a ser dono das máquinas, das instalações que a constituem: é igualmente «dono» da sua produção e usa-a conforme entende e sujeita os circuitos económicos da sociedade aos interesses do escoamento dos «seus» produtos. Este tipo de utilização privada dos frutos do trabalho e da produção determina contradições paralizantes na economia capitalista que só podem ser resolvidas através de um sistema que não se baseie no domínio de um capitalista sobre a «sua» produção e a de outro capitalista sobre a «sua» produção — logo na defesa dos interesses de cada um — mas sim na organização social da produção conforme os interesses sociais — isto é, na planificação da economia.

Como é evidente, a economia só pode ser planificada, ou seja, a produção só pode ser organizada e distribuída conforme os interesses colectivos se os meios de produção não forem propriedade privada.

Esta planificação exige estruturas controladas pela maioria da população, pelos trabalhadores, e que estes, por sua vez, controlem os meios de produção; que conheçam de um lado as necessidades sociais e controlem os meios para a sua satisfação.

Naturalmente que este papel cabe ao Estado, não o Estado capitalista que constitui um conjunto de estruturas para defesa dos interesses dos capitalistas, mas sim um Estado socialista que não só põe ao serviço das classes trabalhadoras os meios técnicos e de defesa da nova sociedade, como é por elas controlado e com elas planifica a actividade económica com os meios de que dispõe.

Verifica-se assim que a questão da posse dos meios de produção por parte do aparelho de Estado a caminho de uma economia socialista não visa uma simples alteração de propriedade, mas sim uma necessária alteração de propriedade para a execução de uma política económica incompatível com os interesses dos capitalistas. O Estado não é uma entidade em si que possa em si possuir meios de produção: possui-os ao serviço das classes que o controlam e o sistema em que possui esses meios de produção integra-se no sistema de propriedade que convém à classe que o domina.

● A ALIANÇA POVO-MFA

As nacionalizações surgem em Portugal, como vimos, como uma absoluta necessidade de defesa do processo revolucionário. A grande riqueza revolucionária do processo iniciado em 25 de Abril de 1974 reside exactamente no facto de as medidas políticas de defesa da revolução serem indissociáveis de medidas económicas que rasguem caminhos progressivos e que tais medidas económicas enriquecem e colocam novas responsabilidades ao processo político.

Na realidade, o derrubamento do fascismo por parte do MFA contava «a priori» com o apoio de amplas massas populares que desde sempre haviam conduzido duras lutas contra a repressão e exploração fascistas.

Mas, como o PCP tem repetidamente sublinhado, nem o MFA sozinho poderia dar seguimento ao processo revolucionário nem as massas, o movimento popular, poderia isolado prosseguir em frente.

E esta dependência que transforma a aliança Povo-MFA, a aliança MFA-movimento popular de massas, no motor da revolução portuguesa, tal como sem ela a revolução não seria possível, com ela tem de andar para a frente.

Ao derrubar o sistema policial do Estado fascista e ao abrir caminho às liberdades democráticas, o MFA abriu caminho a que as massas trabalhadoras manifestassem o seu descontentamento contra a exploração. Esta possibilidade rasgada pelo MFA constituiu naturalmente o primeiro elemento que levou as amplas massas trabalhadoras a apoiar os heróicos capitães do 25 de Abril. Sem o apoio das massas trabalhadoras, o processo iniciado nessa madrugada estaria severamente posto em causa. Mas, as massas trabalhadoras atalharam imediatamente pela defesa decidida dos seus interesses e, ao fazê-lo, puseram em causa o grande capital monopolista fora do aparelho de Estado onde haviam sido derrubados os lacaios dos monopólios. O que obrigou este aparelho de Estado a tomar o partido entre a pressão do capital monopolista e o ascenso da luta das classes trabalhadoras.

As medidas tomadas, porque favoreceram as classes trabalhadoras, constituíram no essencial a defesa e o fortalecimento da aliança Povo-MFA. E essa aliança neste passo clarificou a posição do capital monopolista que, frustradas as tentativas de «empalmar» o aparelho de Estado com novas pessoas (golpe Palma Carlos, 28 de Setembro) se radicalizou numa trajectória que as suas contradições e interesses tornavam inevitável.

A conservação ao nível do aparelho de Estado de um Governo Provisório ligado ao movimento popular de massas e ao MFA abriu caminho a que as exigências de concretização da aliança Povo-MFA encontrassem no aparelho de Estado meios concretos de andar para a frente. Face à sabotagem monopolista, face às tentativas reacçãoárias, a aliança Povo-MFA concretiza-se e actua usando os próprios meios do aparelho de Estado: o recurso à força contra a força reacçãoária (11 de Março) e as nacionalizações e a reforma agrária.

A defesa do processo revolucionário português implica sempre progressos do processo revolucionário. As nacionalizações foram uma medida de defesa do processo revolucionário. As nacionalizações são um progresso do processo revolucionário. Defender as nacionalizações é fazer progredir o processo revolucionário.

● NACIONALIZAÇÕES REVOLUCIONARIAS

Verificamos assim que a afirmação de que as nacionalizações apontam para a criação de um «capitalismo de Estado» não passa de uma manobra de má-fé (ou de ignorância que vai dar ao mesmo...) tentando baralhar conceitos e posições visando o ataque a uma medida essencial do processo revolucionário português.

A utilização do termo capitalismo associado ao termo Estado, sem qualquer outra explicação, pode dar a entender que no essencial se perpetua um sistema de exploração capitalista contrário aos interesses dos trabalhadores. A realidade é bem diversa: o facto de o aparelho de Estado ser colocado ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras determina, conforme vimos, que a posse dos meios de produção por parte do Estado é um primeiro e decisivo passo para a posse colectiva desses mesmos meios de produção.

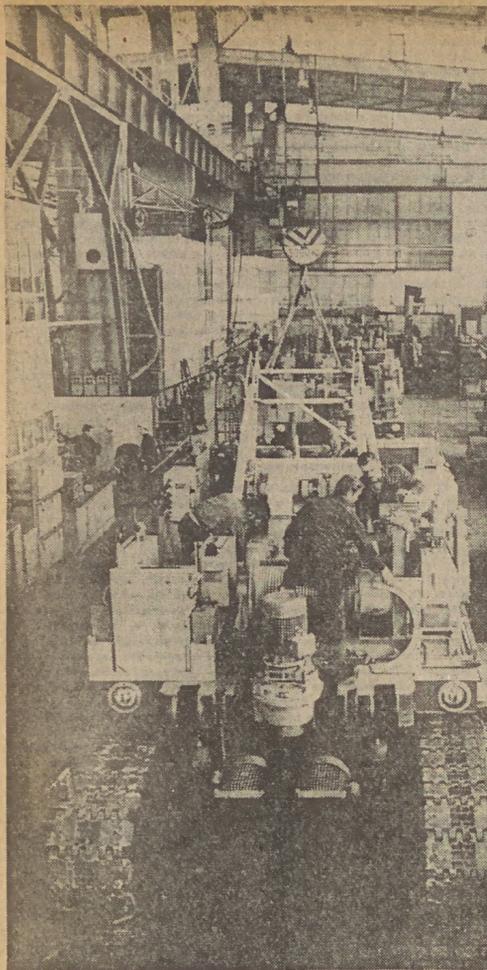
Naturalmente que este aparelho de Estado tem de ser alterado no sentido de corresponder às novas necessidades inerentes à defesa dos trabalhadores. Mas é necessário verificar que foi a própria concentração do capitalismo monopolista de Estado e do fascismo que abriu caminho à realização das nacionalizações: seria um erro imperdoável dos trabalhadores não utilizarem os meios que as próprias contradições do inimigo põe ao seu dispor.

Hoje, as próprias exigências das nacionalizações rasgam perspectivas e criam a premente necessidade da alteração das estruturas do aparelho de Estado no sentido de poder corresponder às novas necessidades criadas pelos interesses dos trabalhadores e pelas exigências das nacionalizações.

As nacionalizações, enquanto medida económica, não podem ser desligadas do seu papel político de defesa da Revolução e do seu papel político de elemento de mutação do próprio aparelho de Estado no sentido de lhe retirar as suas características de aparelho de Estado burguês.

Toda a estrutura do aparelho de Estado, desde a legislação ao sistema fiscal, passando pelo sector económico, tem de ser alterada pelas necessidades criadas pelas nacionalizações, que desempenham assim um novo papel revolucionário ao contribuírem e exigirem a radical alteração do aparelho de Estado burguês.

Só aqueles a quem não interessa a posse colectiva dos meios de produção e a criação de um aparelho de Estado ao serviço das massas trabalhadoras podem estar interessados em negar o papel revolucionário das nacionalizações efectuadas.



tornam impossível a actividade de outros capitalistas com menores dimensões. Conforme os seus interesses, passam assim a liquidá-los conduzindo-os à falência e ficando sozinhos em campo, ou passam a dominá-los, sujeitando a actividade dos mais pequenos aos interesses dos grandes grupos.

É esta situação que se chama capitalismo monopolista.

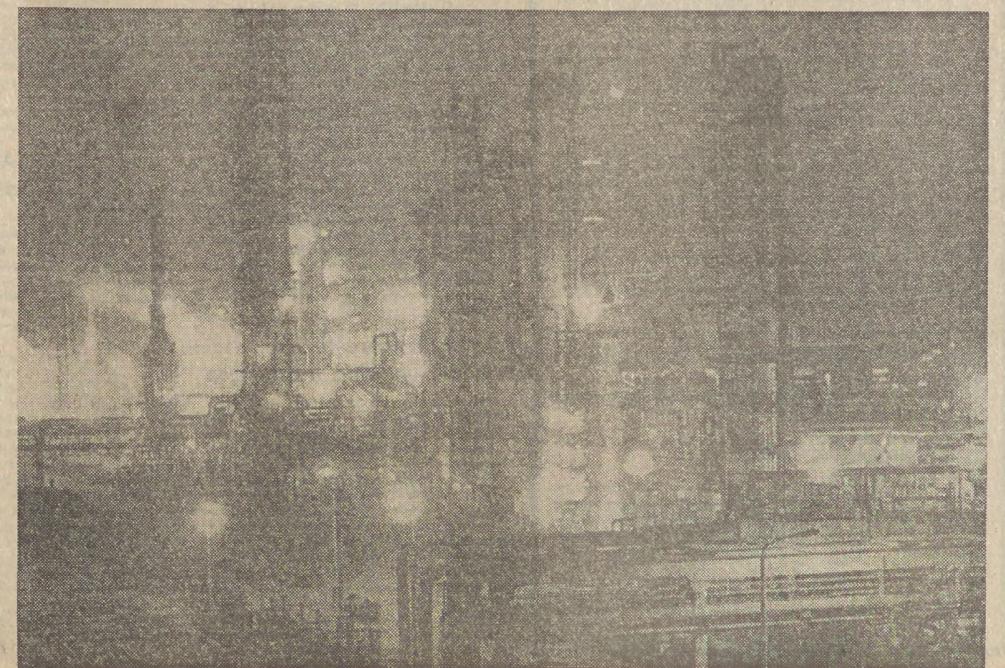
● O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

Esta crescente dominação da economia pelos grupos monopolistas conduz a alterações no aparelho de Estado.

O aparelho de Estado capitalista numa fase pré-monopolista corresponde à defesa dos interesses das várias camadas das classes burguesas, das classes capitalistas (grandes, médios e pequenos).

Ao crescente domínio dos grupos monopolistas sobre a economia nacional, corresponde um crescente domínio sobre o aparelho de Estado que progressivamente vai passando a obedecer apenas aos grupos monopolistas, funcionando para os seus interesses.

Este domínio dos grupos monopolistas sobre o aparelho de Estado abre caminho ao **capitalismo monopolista de Estado** que determina algumas alterações no funcionamento do aparelho de Estado. Assim, o sistema legal do aparelho de Estado passa a funcionar fundamentalmente ao serviço dos monopólios e, através de legislações preferenciais, de medidas fiscais, etc., dá aos monopólios situações de preferência para reforçar a sua exploração das classes trabalhadoras e para alargar o seu domínio sobre as outras camadas da população não monopolistas (pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores). Por outro lado, as forças repressivas são colocadas inteiramente ao serviço dos monopólios dado que a política monopolista alarga o número dos inimigos do sistema (as outras camadas anti-



informação

- A Universidade de Ibadan, na Nigéria, atribuiu ao camarada Agostinho Neto o prémio «Africascope». O presidente do MPLA é o primeiro revolucionário angolano e poeta da língua portuguesa a que é atribuído este prémio de esposa de combate.
- A convite do Presidente da República Socialista da Roménia, o Presidente Costa Gomes visitará a Roménia em Junho.
- «Nacionalização é a passagem para o Estado da Banca; ela passará a ser do Povo se a banca chegar ao povo» — declarou o secretário de Estado do Tesouro na cerimónia de abertura de um seminário de preparação de quadros delegados da banca nacionalizada, cuja missão é levar junto dos pequenos e médios agricultores a política governamental relativamente ao crédito agrícola.
- Os trabalhadores da agência do Barreiro do Banco Totta e Agores, reunidos em RGT, decidiram aumentar o horário de trabalho em 1 hora diária, apoiando assim decididamente a necessária batalha da produção, vital para o prosseguimento e avanço do processo revolucionário.
- No seu acto de posse como novo governador civil de Évora, o capitão José Luís Cardoso afirmou: «Não haverá tibieza de atitudes para com aqueles que se opuserem activa ou passivamente às alterações das favorecidas classes trabalhadoras do distrito. É para essas classes que foi feita a Revolução. É para essas classes que a Revolução tem de continuar.»
- O presidente da Fretilim, camarada Samora Machel, recebeu a medalha de primeira classe do monte Kilimanjaro, a mais alta condecoração tanzaniana, que lhe foi entregue pelo presidente Nyerere durante a realização de um comício de 70 mil pessoas.
- Foi criado o Serviço Director e Coordenador da Informação, que ficará na dependência do Conselho da Revolução.
- Na última reunião da Comissão Executiva Permanente do Programa Nacional de Emprego, foi aprovada por unanimidade uma proposta do representante do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, respeitante ao apoio técnico a atribuir às comissões regionais de emprego e às autarquias locais, no sentido de serem facultados, de um modo rápido e coordenado, os meios técnicos e humanos necessários à realização das suas tarefas concretas.
- O major Costa Martins, ministro do Trabalho, assistirá a realizações no âmbito da «Semana de apoio a Portugal», organizada em vários países da Europa pelo Conselho Mundial da Paz. Costa Martins deverá também participar na Conferência da OIT — Organização Internacional do Trabalho — a realizar em Genebra.
- Segundo comunicado divulgado pela 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas, em que se anuncia a prisão de 21 pessoas ligadas a actividades da reacção, «alguns núcleos de activistas contra-revolucionários encontram-se principalmente em Espanha, onde recebem, em quintas particulares, treino ministrado por mercenários, estando os respectivos quadros também em Espanha e França, onde mantêm relações e recebem apoio de organizações fascistas.»
- Esteve em Portugal uma delegação de dirigentes da Conferência Cristã para a Paz, que teve um encontro com o nosso Partido. A Conferência Cristã para a Paz considera sua tarefa prioritária criar um novo tipo de relações entre marxistas e cristãos.
- Inserindo-se numa forma de «desapoi» que se tem vindo a verificar por parte dos países capitalistas, nomeadamente os europeus, estão-se a verificar tentativas de uma empresa sueca para anular um vultoso contrato com a Lisnave, o que põe em perigo e execução de trabalho no valor de um milhão de contos.
- «A batalha da produção não pode ser desligada, artificialmente, da situação geral do País; não deve ser reduzida a uma simples questão moral. É muito mais do que isso. Antes do mais, a batalha da produção é uma batalha política, uma batalha de classe inserida num projecto global de caminhada para o socialismo — declarou o ministro da Indústria, que afirmou também: — Temos que pensar que o que é revolucionário é o que consolida o processo, aprofundando e amplificando as suas repercussões positivas, e não a repetição de «eslogans» que por si só não resolvem os problemas.»
- Cerca de uma centena de operários da Lisnave assistiram a um concerto, dirigido e comentado por A. Vitorino de Almeida. Este ciclo de iniciativas — inserido numa nova época que se abre em Portugal, a da cultura para as massas — prossegue no próximo mês.
- Foi assinado um acordo aéreo entre Portugal e a Hungria.
- Foi aceita a candidatura do MFA ao Prémio Nobel da Paz. A proposta tinha sido apresentada pelo MDP/CDE e tinha como fundamento «o papel desempenhado e a desempenhar, no futuro, pelo MFA, tendo em conta a sua acção na consolidação da democracia e no processo de descolonização.»
- Foi anunciada a criação da Associação de Amizade Portugal-Bulgária.
- «No encontro, efectuado em Minsk, capital da Bielorrússia, sobre as consequências históricas da segunda guerra mundial, falou-se mais de paz do que de guerra, salientando-se as maiores virtudes da primeira contra os drásticos inconvenientes da segunda», afirmou o brigadeiro Passos Esmoriz, que representou as Forças Armadas Portuguesas, do lado da delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação, no Encontro Intermecional promovido pelo Comité Soviético para a Paz, em que estiveram representados 50 países.
- Participando activamente na batalha da produção, os trabalhadores da Gel-Mar deram um exemplo de consciência revolucionária, ao decidirem trabalhar no sábado passado sem qualquer remuneração, tendo batido todos os recordes, com a preparação de cerca de quarenta toneladas de produtos prontos para serem distribuídos, quando normalmente só se atingem vinte e cinco toneladas.
- Adirindo igualmente à vital batalha da produção, os trabalhadores das minas do Pejão, após o saneamento da administração aumentaram a produção de 800 para 1000 toneladas. Exemplos entre os muitos que se estão a verificar por todo o País, no despender da necessária consciência do processo revolucionário em que estamos empenhados, das perspectivas de futuro que nos abre, e também das suas exigências.
- «As nacionalizações, não só colocaram nas mãos do Governo as alavancas fundamentais que determinam a marcha da economia como retiraram um forte suporte material às forças contra-revolucionárias — declarou aos trabalhadores das minas de sal-gema em Loulé, o ministro do Trabalho, que afirmou ainda: «Também aqueles que pensam que nacionalizações alteram, do dia para a noite, as relações de produção, não só não distinguem os objectivos imediatos dos objectivos e curto a médio e a longo prazo, como também, desejam querer fases e etapas distintas da Revolução.»
- Está a decorrer no distrito de Bragança, a Operação Maio-Nordeste, inserida nas campanhas de dinamização do MFA. Sob o signo, «Trabalhar com o Povo, Construir a Revolução», esta campanha reveste-se de particular importância na mentalização, dentro do espírito do 25 de Abril, de populações que o fascismo manteve no mais opaco obscurantismo.
- O ministro Mário Monteiro anunciou que estão a ser estudadas medidas de emergência com vista à reanimação da indústria turística, num esforço para superar a situação gravíssima de «País produtor menos do que consumidor».
- Está na Polónia uma delegação portuguesa, para estudar um acordo sobre construção naval.
- Encontrou-se em Portugal uma delegação soviética de especialistas teatrais, que realizou um colóquio sobre o ensino de teatro na URSS e em Portugal.
- Emigrantes portugueses de Zurique e de Lyon, pedem o saneamento dos respectivos consulados.
- O Holiday Inn, sucursal na Madeira de uma rede mundial de hotéis de capitais predominantemente canadianas, anunciou o seu encerramento, lançando para o desemprego 143 trabalhadores. O processo está a ser estudado pelo Ministério do Trabalho.
- Na Feira Internacional de Lisboa, participou este ano, além de países que já mantinham relações com o regime fascista derubado, todos os países socialistas da Europa, a Argélia e Moçambique.

A incómoda solidariedade do PS da social-democracia europeia

O primeiro-ministro da Austrália, Bruno Kreisky, o primeiro-ministro da Suécia, Olof Palme, e o ex-primeiro-ministro da República Federal da Alemanha, Willy Brandt, reuniram-se, no último fim-de-semana, em Viena, para discutirem assuntos relacionados com a próxima publicação de um livro que conterá correspondência trocada entre os três. O tema principal da agenda acabou, contudo, por ser substituído por outro: a situação em Portugal e as posições assumidas pelo Partido Socialista. Na véspera do encontro, Willy Brandt, deixou já entrever as suas preocupações sobre o nosso País. Segundo as agências noticiosas, divulgou uma declaração recheada de conselhos ao Governo Português, advertindo-o de que a «cooperação» na Europa poderá ser afectada se a situação em Portugal não evoluir de acordo com as aspirações do Partido Social-Democrata da RFA.

Os três dirigentes social-democratas lamentaram que «depois das eleições, a vontade do povo não se tivesse traduzido» na política portuguesa. Falaram, também, sobre a Espanha e estabeleceram paralelos com Portugal. Mostraram-se mais apressivos com o rumo das coisas no nosso País. Brandt acredita que a situação em Espanha tende a desenvolver-se de uma forma democrática e teme que o processo revolucionário português produza «efeitos adversos em Espanha».

Olof Palme foi o mais caloroso dos três nos elogios ao Partido Socialista Português, recomendando a solidariedade integral da social-democracia europeia. Na sua opinião é urgente que os socialistas portugueses sejam «massivamente ajudados através de uma demonstração de apoio de outros partidos social-democratas europeus». Kreisky concordou e Brandt reforçou o apelo, pedindo auxílio moral e político para o PS.

Resta acrescentar que o debate foi transmitido pela televisão austríaca.

Nos últimos meses, Palme, Brandt e Kreisky têm falado muito sobre Portugal. Estão preocupados e fazem questão de tornar públicas as suas preocupações. Willy Brandt, de modo particular, tem sido prólogo em advertências sobre os perigos que, no seu entender, ameaçam a democracia entre nós. Em relação à Espanha adota uma posição semelhante à que adoptava no tocante aos assuntos portugueses durante o fascismo: não está preocupado, sente-se, pelo contrário, optimista.

Teria cabimento perguntar se os três dirigentes social-democratas, tão zelosos em proclamar o respeito pela soberania dos Estados e o princípio da não ingerência em assuntos internos de outros povos, consideram que os seus conselhos e o apelo para ajuda massiva ao PS constituem temas internos dos partidos social-democratas da Áustria, da RFA e da Suécia. Mas o princípio que pregam, provavelmente, só os interessa em termos da correspondência triangular a ser oferecida aos leitores.

O debate de Viena sobre Portugal criou, apesar de tudo, alguns pequenos problemas ao PS português, num momento em que, pela palavra do seu secretário-geral, ele repele, mais uma vez, qualquer tipo de parentesco com a social-democracia. Enquanto Palme, Brandt e Kreisky definem o PS como um partido irmão dos seus, o dr. Mário Soares afirma o contrário.

Talvez para desfazer confusões e pôr os pontos nos ii, o presidente da II Internacional, sr. Hans Jantitschek, com a sua indiscutida autoridade de pontífice máximo da social-democracia, achou oportuno, recentemente, dizer alguma coisa de definitivo sobre a questão.

Jantitschek não admite a dúvida. «O Partido Socialista Português — afirmou em tom categórico — está intimamente ligado no plano ideológico aos social-democratas da Europa Ocidental».

Há poucos dias o dr. Mário Soares reafirmou que o PS é um partido marxista. Mas o dr. Jantitschek não está de acordo. Por um lado alega-o facto de «haver no grupo dirigente do PS (na primeira linha Mário Soares) pessoas com quem se encontra em contacto há vários anos e que podem garantir o seu papel orientador». Por outro lado, no entanto, garante que nas fileiras da II Internacional não «existe nenhum partido que possa ser rotulado de «Partido Marxista». Na sua opinião, o PS português é um partido com directivas social-democratas.

Em face da autoridade na matéria do dr. Jantitschek e da fidelidade do PS à II Internacional, e ainda da solidariedade fraterna de Palme, Brandt e Kreisky, o dr. Mário Soares vê-se colocado pelos seus amigos e correligionários europeus numa situação deveras ingrata.

«Podrá haver violência em Portugal, mas ela poderá também salvar a democracia. Caso contrário, a Europa enfrenta a terrível perspectiva de ficar de braços cruzados, impotente, enquanto um país é abafado pelo totalitarismo». Estas afirmações — que adquirem um cunho nitidamente provocatório — são do «Daily Express», jornal inglês conservador e sensacionalista. As afirmações que reflectem um clima de aberta hostilidade à revolução em Portugal. O «New York Times» fala do «catástrofe» e de «guerra civil», que de forma alguma condensa, antes considera «uma esperança de sobrevivência da liberdade em Portugal». O «L'Aurore», de Paris, e o «Fígero», de Paris, acusam o Partido Comunista Português de hipotéticos riscos que a liberdade correria em Portugal e de maquiavélicas perseguições ao PS. «O fôssco aprofunda-se entre os que desejam uma democracia socialista e liberal e os que preconizam um regime revolucionário puro e duro, de modelo para toda a Europa. E o Povo Português assiste, impotente, a esta disputa, de que depende o seu futuro e que ameaça a paz civil», afirma «L'Aurore».

O «Yes», de Madrid, declara que «o comunismo foi-se apoderando de todos os meios informativos, dos sindicatos e dos municípios, apesar da sua força minoritária», enquanto «o Povo», de Roma, órgão da social-democracia-cristã italiana, pensa que o actual regime português «como modelo revolucionário e de democracia, é um sistema sobre o qual há bem pouco a dizer», osando entretanto afirmar que «durante o Governo de Salazar, o regime era garantido com métodos idênticos».

Juntando a sua voz à de uma parte da Imprensa do mundo capitalista, a social-democracia europeia solidariza-se com o PS português, num coro de críticas e lamentações ao processo revolucionário em Portugal, cuja evolução, segundo estes senhores, tenderia a uma sufocação das liberdades em Portugal.

A reacção internacional, depois de um período, pós-eleitoral, em que patenteou em todos os tons as suas esperanças num retrocesso da Revolução em Portugal, de um retorno aos esquemas da social-democracia e das «democracias» burguesas, e cantou louros ao Povo Português pelo que, interpretando a seu modo os resultados eleitorais, considerou como uma votação em forças ditas moderadas — foi subitamente agitada pela consciência de que as coisas evoluíam de forma bem diversa das suas esperanças e desejos.

O Povo Português, apontado como um exemplo de ponderação e de conscientização política, ao votar, como absurdamente a reacção e as forças conservadoras nacionais e internacionais afirmaram, num retrocesso do processo revolucionário e na cristalização da situação política em Portugal nos moldes consagrados no mundo capitalista, é agora lastimado como «impotente», como «passivo» joguete na mão de forças políticas que lhe seriam alheias.

O espantallo da guerra civil volta a ser agitado como solução «salvadora». Os que consideravam normal, e no fundo até desejável, o terrorismo fascista que se abateu, durante quarenta e oito anos, sobre o Povo Português, choram clinicamente a sorte de um povo livre, que dizem estar na iminência de ser «abafado pelo totalitarismo». As forças progressistas em Portugal, o nosso Partido, o MFA, são os visados. O perigo para a democracia. Os que se dizem dispostos a auxiliar economicamente Portugal, voltam a referir-se a uma necessidade de «estabilização» política e têm mesmo a audácia de se tentar opor às frutuosas relações do nosso País com o mundo socialista.

Para o senador Edward Kennedy, por exemplo, «é importante que a URSS compreenda que os Estados Unidos e Portugal têm laços históricos e culturais muito fortes. Não é, certamente, uma praça onde a URSS e a URSS deva penetrar». Lá fora, como cá dentro, peças movidas por interesses opostos aos do Povo Português comparam caluniosamente os órgãos actuais do Poder revolucionário, aos órgãos regressivos do poder fascista derubado.

A reacção internacional gesticular, ameaça, promete. Lança nova ofensiva. Em defesa de quem se declara contra a social-democracia por um socialismo inexistente. Estranho — aparentemente estranho — paradoxo.

A «Pravda» presta homenagem à classe operária portuguesa

Na sua edição de 25 de Maio, a «Pravda», órgão do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, publica um artigo intitulado «Horizontes da Portugal» do seu enviado especial permanente em Lisboa V. Ermakov, sobre os acontecimentos dos últimos dias. Depois de aludir às preocupações do Conselho da Revolução suscitadas pelos desdobramentos políticos do episódio da «República», Ermakov esboça um amplo quadro da vida quotidiana em Lisboa e analisa formas de comportamento do povo que contribuem para a compreensão do processo revolucionário.

«Neste momento — escreve — é necessário ganhar as três mais importantes batalhas económicas: pelo alargamento da produção nacional, pela elevação da produtividade do trabalho e pelo aumento de postos de trabalho. Estes problemas estão já à porta, pois neste momento existem mais de 200 mil desempregados. Em muitos ramos da indústria a produção é baixa, o que é resultado, em grande parte, da sabotagem económica. As greves provocadas por reacções ou por esquerdistas fazem, às vezes, paralisar as mais importantes fábricas, privando assim Portugal de mercadorias que lhe são necessárias.

A campanha de calúnias prossegue

«É preciso rapidamente pôr mãos à obra — escreve-se no último número do «Boletim do Movimento das Forças Armadas». — A nossa palavra de ordem deve ser o melhoramento do trabalho para alcançarmos o aumento da produção dos principais ramos da indústria e da agricultura.»

Concretizar tudo isto não é fácil. Até os operários, não falando já nos assalariados, nem sempre estão em condições de olhar para a produção. Ainda há bem pouco tempo ela serve os capitalistas, os exploradores.

Ainda alguns meses atrás, a greve, o parar das máquinas, a ocupação das empresas eram uma arma de luta contra os capitalistas que impediam o povo de seguir o caminho escolhido por ele. Agora para os gabinetes dos directores entram novas pessoas, que falam num futuro socialista e da necessidade, para lá chegar, de se trabalhar melhor, produzindo mais.

Há pouco tempo foi aumentado o salário mínimo. Porém, isto é só o mínimo. Nem sempre o operário compreende facilmente todos os porquês da actual situação, porque é que é necessário aumentar a produtividade do trabalho.

E Ermakov prossegue: «Uma pesada responsabilidade cai nos ombros dos dirigentes do Partido Socialista, que não cumprem as obrigações às quais se comprometeram antes das eleições. As acções do Partido Socialista coincidem com as provocações contra-revolucionárias, com as tentativas de deteriorar a situação socioeconómica, com os apelos às greves e alertam os verdadeiros patriotas.

Juntam-se ainda os maolistas que apelam para a imediata constituição de um tal «Poder Popular» e irresponsavelmente prometem mundos e fundos.

Com perseverança e tenacidade, as forças progressistas explicam aos trabalhadores que é deles, dos seus esforços, que depende o futuro de Portugal. Dependerá da rapidez com que sejam ultrapassados os obstáculos no caminho dessa nova vida.

Eu tive a possibilidade de ir a quatro empresas (duas ainda pertencentes ao capital privado) falar com dezenas de operários. A maioria compreende, com clareza e precisão, qual a sua tarefa principal no processo revolucionário que representa uma das forças motrices desse mesmo processo.

Os trabalhadores da Companhia de aviação nacionalizada, TAP, declaram por maioria não decretar a greve geral: «Agora não é tempo de fazer greves, agora o que é preciso é trabalhar, construir o Portugal socialista» — disseram eles.

Não admitiremos a sabotagem económica, não deixaremos que espezinhem os nossos direitos, declaram os operários da EUROFIL. Demitiram os antigos administradores, proibiram-nos e aos seus representantes de irem às secções de trabalhos dos operários. Actualmente a EUROFIL está sob controlo do Estado. Os operários tinham razão: as Investigações demonstraram que os directores faziam falcatruas financeiras.

Uma situação análoga constata-se em mais 24 empresas, que por enquanto não estão nacionalizadas, mas que deixaram de estar sob o controlo dos capitalistas.

Os portugueses têm sede de saber, para correctamente se poderem orientar na nova e complexa situação. Por isso se encontram tantas pessoas nas livrarias. Por isso o livro dos clássicos do marxismo-leninismo são tão populares em Lisboa.»

A transcrição é longa. Mas oportuna. No momento em que os grandes órgãos de informação do mundo capitalista, do «New York Times» ao «Fígero», passando pelo «Die Welt», pintam um quadro sombrio do Portugal Livre e Revolucionário, inventam greves inexistentes e insinuam que ninguém quer trabalhar, e transformam, nos artigos dos seus correspondentes, as arruças e provocações de grupos «esquerdistas» em «desordens organizadas pelos comunistas», a «Pravda» — tão injuriada pelos galadinos da social-democracia portuguesa e pelos amigos europeus, oferece aos seus leitores a imagem correcta da realidade portuguesa, apresenta o nosso povo tal como ele é, presta uma justa homenagem à classe operária, consciente das suas responsabilidades, empenhada em ganhar a batalha da produção.

Basta ler e comparar.

Triunfal regresso a Moçambique do camarada Samora Machel

Dentro de pouco mais de três semanas, Moçambique será independente. O processo de descolonização, bem conduzido, chegará assim ao seu termo. Após um começo difícil, foram criadas condições para uma independência real. A primeira grande vitória alcançada foi a assinatura dos Acordos de Lusitânia, pois o ex-general Spínola estava na Presidência da República, contava com poderosos apoios em esferas ainda não sanas das Forças Armadas e manobrava na área internacional para impedir, com a ajuda do imperialismo, a concretização dos compromissos assumidos. Ainda hoje, se ignora o conteúdo das suas conversações com o presidente do Zaire realizadas na ilha do Sal, poucos dias depois de a reacção moçambicana ter desencadeado uma escalada de violência, nas vésperas do 28 de Setembro. Batida nas duas frentes, em Moçambique e no continente, a reacção dispunha ainda, contudo, de poderosos recursos e apoios e voltou novamente à carga em Outubro e Novembro, mas sofreu, então uma derrota esmagadora e definitiva. O Governo de Transição soube actuar com firmeza nesses momentos difíceis e o processo de descolonização pôde, finalmente dar passos decisivos, graças à leal cooperação estabelecida entre a Fretilim e as Forças Armadas portuguesas.

Agora, após muitos anos de exílio e guerra, o presidente Samora Machel, voltou a Moçambique. É um regresso triunfal. A entusiástica recepção na Mueda — um nome que simboliza os crimes do colonialismo e a epopeia da Fretilim — foi uma atmosfera da acolhida que o seu povo lhe dispensará na longa viagem por cidades e aldeias até chegar a Lourenço Marques.

Ao chamar a vez mais a atenção para o carácter monstruoso do colonialismo e a significação da libertação do povo moçambicano, o camarada Samora Machel afirmou, na Mueda:

«Ontem, eram bombas inimigas que gritavam, hoje, é a nossa vitória. A nossa luta é uma luta que faz parte das lutas do mundo inteiro. É uma luta que faz parte da luta dos povos oprimidos. A nossa luta foi sempre justa e é por isso que ela triunfou. A opressão não é só para o povo moçambicano mas também para o povo português. É por isso que o triunfo do povo moçambicano é também uma vitória e um triunfo do povo português.»

A luta do povo moçambicano era pela sua personalidade, pelo seu respeito, pela sua própria dignidade assim como do povo português. O fim da guerra, o fim da opressão em Moçambique beneficiou também Portugal. Portugal tem hoje uma face nova, uma nova identidade que é bem acolhida no mundo inteiro. A nossa luta nunca foi dirigida contra o povo português pois o povo português foi sempre um aliado natural do povo moçambicano.»

Esse amizade fraternal entre os dois povos que, agora, em Moçambique se reforça dia a dia, foi também realçada pelo alto-comissário português, na mensagem enviada ao camarada Samora Machel.

As manobras e a linguagem definem o partido

No dia 19 de Maio, a Comissão Distrital de Ponta Delgada do nosso Partido divulgou uma nota em que denunciava energicamente manobras reacções integradas numa grande ofensiva desencadeada nos Açores contra o processo revolucionário. Nesse documento relacionava-se a manifestação-burla promovida pelo PPD em 29 de Abril, «contra a subordinação do povo açoriano» e «pela consagração da autonomia política-administrativa dos Açores na Constituição», com uma campanha mais ampla e envolvente de todas as forças da reacção local.

Quando as Forças Armadas se opuseram à reabertura da sede da organização separatista ultra-reacçãoária «Mapa», o nosso Partido solidarizou-se com essa atitude. O apoio ostensivo que o PPD deu ao «Mapa» ao organizar a sua fracassada manifestação só poderia, portanto, merecer o nosso repúdio. «As organizações contra-revolucionárias ultimamente surgidas — salienta a nota do PCP — desde os já conhecidos MIRA e FRIA até à mais recente mas não menos sinistra FLA, representam no fundo o estrebuchar desesperado da grande burguesia monopolista e latifundiária de S. Miguel, a qual se encontra em estado de verdadeiro pânico perante a opção socialista do MFA, perante as importantes medidas de nacionalização dos sectores-chave da economia (que já começam a chegar aos Açores) e perante as perspectivas de brevemente se iniciar aqui em S. Miguel uma verdadeira reforma agrária que expropriará dezenas de latifundiários para entregar a terra a quem a trabalha. Por detrás dasquelas siglas (MIRA, FRIA, MIRA, FLA & Cia) ocultam-se aqueles contra o processo democrático, contra o Governo Provisório e contra o Movimento das Forças Armadas.»

A Comissão Distrital de Ponta Delgada, ao denunciar e relacionar todas essas manobras dirigiu um apelo à unidade das forças democráticas, lembrando que as forças da reacção, estreitamente associadas, pretendiam apresentar ao povo a falsa ideia de que só num

Spínola faz as malas e sonha com conspirações

O ex-general António de Spínola tem as malas feitas para deixar o Brasil. Já recebeu o passaporte especial que havia pedido ao Ministério da Justiça daquele país.

Interrogado pelos jornalistas, negou-se a revelar qual o país para onde tencionava viajar, isto é, o país onde projecta desenvolver as suas actividades conspirativas contra a Revolução Portuguesa. «Sinto-me, agora, um homem livre — disse — e poderei sair do Brasil na hora que desejar para onde quiser».

Na prática, a liberdade do movimento do ex-general e dos traidores que o acompanharam na tentativa golpista do 11 de Março foi sempre considerável desde que chegou ao Brasil. Pôde, inclusive, com a autorização do Governo do general Geisel, receber um grupo de ex-oficiais vindo de Espanha, conspirar com eles e dar-lhes as suas instruções antes que regressassem a Madrid, no dia seguinte.

Segundo a agência ANI, os 16 companheiros de Spínola (ex-oficiais envolvidos no 11 de Março) começaram a receber passaportes na próxima semana. Não é de estranhar. Spínola tem recebido no Brasil, da parte de todas as autoridades, um tratamento mais parecido ao que se costuma dispensar aos hóspedes de honra do que aos exilados. O Governo Geisel proclamou, desde o início, que cumpriria, rigorosamente, as convenções sobre o direito de asilo de que é signatário. Mas não o fez. Spínola falou pelos cotovelos, conspirou abertamente, exibiu-se em missas transformadas em actos de provocação contra a Revolução Portuguesa. E acabou por obter, sem dificuldade, um passaporte que, em condições normais, não é concedido senão após muitos meses de complexas formalidades burocráticas. Basta recordar o caso do general Humberto Delgado.

Sabe-se que os ares europeus o atraem. Resta agora saber qual o país onde planeia montar o quartel-general, onde se amontoará a escória de traidores que o rodeia e com ele conspira contra a Revolução Portuguesa. Veremos então se o Governo desse país, para dar alento à escória portuguesa, está disposto a violar as suas próprias leis e a comprometer as suas relações com Portugal. De qualquer forma, os avanços revolucionários não tardarão a transformar em amargura a actual euforia de Spínola. A reacção não passará!

Coutada de colonialistas

«O documento que se publica a seguir é a reprodução literal das principais passagens do Acto de Acusação de alguns incriminados no 1.º Tribunal Militar Territorial de Luanda. Servimo-nos da fotocópia tirada no próprio tribunal. É um horrível testemunho da salvajeria do colonialismo português. Neste caso, os assassinos de um jovem africano de 15 anos foram a tribunal, cuja sentença aliás desconhecemos» — assim iniciava a Editorial «Avante!», vivendo e lutando na clandestinidade, extractos do acto de acusação ao padre Pinto da Rocha.

«Chegados à cubeta do sacrilégio, o padre voltou a chocoteá-lo, após o que procederam a buscas no interior daquela, enquanto no exterior, o soldado Meilha Cabrita segurava o António Calei. Na deligência apenas foram encontrados alguns guardanapos, pelo que o padre, irritado, reiniciou nova série de agressões a chicote e a pontapé, de que resultou ter aquele caído no chão, oportunidade que o sacerdote aproveitou para espezinhá-lo na região do ventre. Celei foi espezinhado até à morte pelo padre Pinto da Rocha e seus cúmplices. Neste caso, o crime teve os seus ecos, a tentativa de suborno de um médico para atestar de um pretenso suicídio não resultou. O padre Pinto da Rocha encabeçou então a tentativa de fazer desaparecer os vestígios do crime. «Sob as instruções do padre, o corpo do sacrilégio foi retirado do Land-Rover e, com excepção dos condutores, que permaneceram junto das respectivas viaturas, os restantes, transportando o cadáver, seguiram para o novo local de enterramento, escolhido pelo padre. Al chegados, o soldado Mota tomou uma catana, possivelmente levada pelo padre, e cortou com ela as pernas do sacrilégio. Foram estes despojos enterrados em cova aberta para o efeito. Depois, o mesmo soldado cortou um braço e a cabeça e, aberta segunda cova, enterraram o tronco e o braço esquerdo (...). Abriram a terceira cova, e, antes de nela enterrarem os últimos despojos do que fora criado e sacrilégio do pároco de Vila Nova de Seles, ainda por insinuação desta, que tornava ser conveniente desfigurar-lhe o rosto, o soldado Mota praticou sobre a cabeça alguns golpes de catana. Tinha findado o martírio de António Calei.»

Alberto Pinto da Rocha cometeu este horrendo crime, agravado pelos pormenores de tenebroso sadismo que o envolvem, em 16 de Dezembro de 1963. Entre este padre e a Unidade Militar então aquartelada em Vila Nova de Seles, de acordo com directivas superiores, havia cooperação no âmbito psicológico (1). O padre Pinto da Rocha é um assassino sem escrúpulos, como o demonstrou na execução do seu crime. O Supremo Tribunal Federal acaba de conceder-lhe o «habeas corpus». O assassino Pinto da Rocha vive calmamente em liberdade no Brasil.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E nesse mundo do grande capital, de defesa de interesses alheios aos interesses dos povos, que hoje encontram guardiã os que cometeram os mais horrendos crimes contra os que foram sempre os mais íntimos aliados do Povo Português, porque empenhados na mesma batalha contra o fascismo e o colonialismo, ganha no 25 de Abril pelo glorioso MFA, pelo povo que gerou este gesto de libertação. O criminoso Pinto da Rocha está no Brasil, num Brasil em que, como noutras partes da América Latina, pululam assassinos e criminosos de todas as castas. Num Brasil que tem dado guardiã aos fugidos da liberdade e da democracia em Portugal, aos que se governaram bem com a exploração e a opressão do nosso povo, aos que dentro do próprio processo da Revolução a tentaram esmagar. Pinto da Rocha está bem acompanhado.

Até amanhã, camaradas

«O colonialismo português está morto. Morto pelas mãos de um povo e de um Exército que o Governo fascista português tinha obrigado a empenhar-se numa guerra injusta, criminosa, de antição votada ao fracasso. A memória dos crimes cometidos recua para dar lugar ao estreitamento das mais fraternas relações. Na terra do jovem Calei, como muitos impunemente assassinado, o imperialismo, erica de dificuldades o processo de descolonização, espreitando a hipotese da imposição de uma qualquer forma de neocolonialismo. E

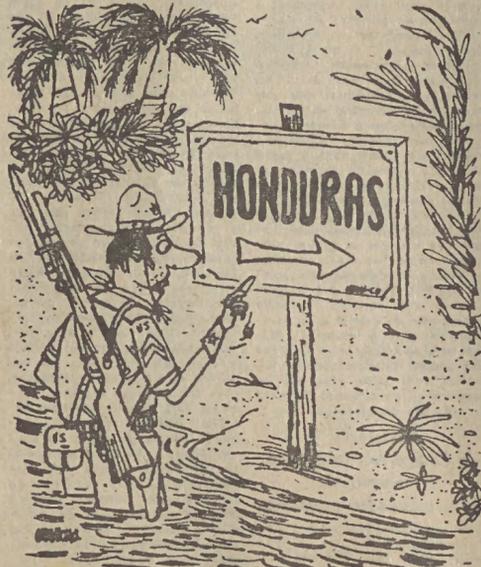
informação

- A União Soviética lançou para o Espaço dois cosmonautas a bordo de um veículo Soyuz-18, que se destina a estabelecer ligação com a estação espacial Salyut-4.
- Segundo afirmações do «New York Times», há mais de 15 anos que os Estados Unidos da América utilizam submarinos para a prática de espionagem dentro das águas territoriais soviéticas e de outros países.
- Várias vezes adiado a pedido da defesa, deverá iniciar-se agora o julgamento de Ramiro Costa, único sobrevivente de uma expedição que em 1962 massacrara um grupo de índios, nas margens do rio do Sangue, no Município de Aripuana, Mato Grosso. Foram os directores da firma Arruda e Junqueira, que de há muito opera no sector seringueiro do Mato Grosso, que organizaram a expedição a Aripuana. As suas ordens os empregados desta empresa misturaram arsénico com açúcar que deram de presente aos índios, arrasaram aldeias com dinamite e decapitaram mulheres e crianças. Um exemplo dos métodos a que podem recorrer os monopólios na batalha dos lucros.
- O camarada Kim, Il Sung, presidente da República Democrática da Coreia, apelou para a continuação dos esforços para uma reunificação pacífica da Coreia, durante uma manifestação em Bucareste, em que afirmou: «As forças estrangeiras de agressão que ocupam a Coreia do Sul e os seus laços estão extremamente assustados acerca dos boatos sobre uma inventada ameaça de agressão no Norte. Este a agir o espantoso do anticomunismo, provocando e caluniando, ameaçando e fazendo chantagem sobre a nossa República. Isso, no entanto, é uma loucura, e nada mais do que um último e derradeiro esforço de quem está perdido.»
- A subcomissão senatorial americana sobre questões africanas vai efectuar audiências sobre diversos aspectos da situação da África Austral, incluindo um possível auxílio económico, nomeadamente a Angola e a Moçambique. Dado o carácter de que frequentemente se reveste o «auxílio» americano aos outros países, em particular em zonas em que se regista uma certa instabilidade política e está em causa a defesa de uma via independente e progressiva para os povos destas zonas, é de encantar com vigilância tal interesse americano por questões africanas, que em todo o caso não se revestirá, como é óbvio, de carácter meramente humanitário.
- Tropas, tanques e camiões militares das forças patrióticas do Laos penetraram na localidade de Savannakhet, onde foram entusiasticamente recebidos pela população.
- Na sequência de uma greve da fome que se arrastou por dezasseis dias, os 33 presos políticos brasileiros de Ilha Grande vão ser transferidos para o continente.
- Como protesto contra o assassinio de um jornalista de «La Opinión», assassinio que se integra na vaga terrorista empreendida pela AAA (organização anticomunista), fizeram greve os tipógrafos e jornalistas de todos os jornais da Argentina.
- Segundo um relatório revelado por um deputado britânico, há uma vaga de prisões sem culpa formada nos territórios árabes, ocupados por Israel. Os presos políticos palestinos estão a ser sujeitos a torturas pela Polícia israelita.
- A ITT Hellas, subsidiária da empresa norte-americana ITT, despediu os seus 430 empregados e fechou a sua fábrica de Atenas. Houve protestos imediatos das organizações sindicais gregas.
- Na Indonésia, o número de leproso atinge actualmente 97 116.
- Vai ser erigido um monumento comemorativo do massacre de Baby Yar, perto de Kiev (Ucrânia), onde 200 000 soviéticos foram mortos pelos nazis alemães.
- Na sequência da incriminação de 24 dirigentes da Junta fascista derrubada na Grécia, por alta traição e insurreição, foi anunciada pelo Governo grego a detenção de sete pessoas ligadas à antiga ditadura militar reaccionária.
- O escritor soviético Mikhail Chotokov, autor de uma vasta obra literária, que incluíu um Prémio Nobel da Literatura, foi condecorado com a Ordem de Lenine. Por outro lado, Vassily Soloviev-Sedoy, compositor soviético e autor de numerosas canções populares recebeu o título de «Herói do Trabalho Socialista».
- Seis funcionários da AID — Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos — tristemente conhecida na América Latina como cobertura das actividades da CIA, estiveram praticamente sobre sequestro de estudantes laocianos, que ocuparam os edifícios da AID na capital do Laos, como protesto contra a sua utilização no Laos. Entretanto, o Governo do Laos anunciou que os Estados Unidos concordaram em encerrar as missões da AID no interior do país como primeiro passo para a abolição de todas as suas delegações no Laos. Recordar-se que a AID já fez diversas tentativas de se instalar também em Portugal, contra o que se levantaram protestos de alguns sectores da população, nomeadamente dos médicos.
- Por ocasião da «Semana de Solidariedade com os Povos Africanos» que lutam pela sua libertação, oito organizações da República Democrática da Alemanha exigiram que os países da NATO suspendam todas as relações com o regime racista da África do Sul, assim como a libertação de todos os presos políticos da África do Sul, Namíbia e Rodésia.
- Num relatório da OCDE, afirma-se que a crise económica que atinge as nações do mundo capitalista é mais séria do que originalmente se pensava e não está à vista uma recuperação total.
- O número de desempregados na CEE não cessa de aumentar — bom atestado das «virtudes» das democracias burguesas. No fim do mês de Abril de 1975, estavam registados mais de 4 430 000 desempregados nos nove países do Mercado Comum, ou seja 1 442 000 mais do que no fim de Abril de 1974 (48,2%). Quanto a desempregados temporários havia no fim de Abril deste ano, na Comunidade Económica Europeia, 1 805 000, dos quais 899 600 na Alemanha Federal e 265 800 na França.
- Em artigo sobre «O desanuiamento e os seus opositores», o jornal soviético «Izvestia» afirma: «É evidente que o relaxamento da tensão nas relações entre os Estados e os processos internos nesses Estados são coisas diferentes. Cada povo e cada país tem o direito de resolver os seus próprios problemas. O desanuiamento não é um obstáculo na estrada da libertação nacional e às mudanças político-sociais progressivas.»
- Realizou-se uma manifestação em Ankara, capital da Turquia, de frente dos escritórios do serviço de informação dos Estados Unidos, contra a presença de Kissinger na capital da Turquia. Kissinger esteve pela primeira vez a assistir, nesta capital, à reunião anual dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Organização do Tratado Central (CENTO) à qual pertencem a Inglaterra, o Paquistão, o Irão, a Turquia e os Estados Unidos.
- Com o objectivo de normalizar as relações entre a República Democrática do Vietnam e a Tailândia, encontra-se na capital deste país uma delegação vietnamita.
- Considerando justamente ilegal a administração que o Governo racista da África do Sul exerce sobre a Namíbia (Sudost-Africano), o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, pediu ao Governo de Pretória que abandone aquele território antes do Conselho de Segurança reconeçar o debate sobre esta questão.
- O general francês, na situação de reforma, Paul Vanuxem, foi expulso do Vietnam do Sul, por apoio aos colonialistas americanos. Referindo-se às perdas sofridas por Washington e pelo regime de Thieu, durante a guerra da libertação do Vietnam, Rádio Hanoi informou que estas perdas atingem os três milhões de pessoas, incluindo 900 mil norte-americanos e soldados de outras nacionalidades, 35 mil aviões e quase seis mil navios de guerra.
- Terminou os seus trabalhos em Moscovo a Sétima Conferência Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura, Florestas e Plantações, membros da Federação Sindical Mundial. Estiveram presentes delegados de 69 organizações vindas de 62 países, que trocaram as suas experiências e discutiram problemas alimentares mundiais.
- Aviões israelitas bombardearam o Sul do Líbano.
- O FBI foi responsável pela montagem de uma operação, lançada entre Outubro de 1966 e Julho de 1968, destinada a lançar a Mafia contra o Partido Comunista dos Estados Unidos, revelou o procurador-geral Edward Levi.

Os monopólios americanos conspiram nas Honduras

Honduras tem vindo a ser, nas últimas semanas, um dos países da América Latina em foco na cena política internacional. O general Lopez Arellano, que sempre manteve uma dupla política ambivalente, de falso equilíbrio entre a defesa dos interesses dos grandes agrários, promotores de uma política ultra-reaccionária, e o sector progressista do Exército e a luta das massas populares, capitulou corrompido. Foi varrido do Poder pelo complexo jogo de dependências de um número cada vez menor de países da América Latina e a grande potência, baluarte do imperialismo mundial, alojada no Norte do continente — os EUA. O escândalo da Gulf Oil, pela denúncia de subornos em que estariam envolvidos dirigentes de países da América Latina foi detonador na queda de Lopez Arellano. Substituiu-o o coronel Melgar Castro.

Numa situação política algo confusa, salienta-se o impacto da força do movimento popular de massas. Milhares de estudantes do ensino secundário e universitário manifestaram-se em Tegucigalpa, capital das Honduras, contra o imperialismo americano e os seus tentáculos no país, as multinacionais comandadas de Washington. Os manifestantes exigiram a nacionalização dos grandes potentados fruteiros — a Standard Fruit Co e a Telaaroid Co, que se dedicam à exploração de uma das maiores riquezas do país — a banana. Por outro lado, cerca de 10 000 famílias camponesas empenharam-se num processo de ocupação de terras em 10 províncias das Honduras, com o fim de acelerar uma prometida reforma agrária. Face ao real perigo de confrontação armada entre os camponeses e a Federação Nacional de Agricultores e Ganadócios, representante das posições dos proprietários das terras, os camponeses acedem às ordens do Governo, abandonando as terras.



Os factos parecem apontar para um reforço das forças conservadoras e reaccionárias das Honduras em detrimento dos interesses das massas populares. Mas a realidade pode ser mais complexa. A América Latina pode surgir neste momento como campo preferencial para as manobras dos EUA. O Partido Comunista Chileno já alertou as forças progressistas para esse perigo real.

Neste momento, os EUA taceiam terreno. Sofreram sérias e definitivas derrotas na Ásia. O clima internacional — cada vez menos propício a aventuras militares e a pressões sobre a livre expressão da vontade dos povos — adensa-se em seu redor. O exemplo revolucionário de Portugal na Europa faz perder o sono a Ford e a muitos outros dirigentes do mundo do capital.

O imperialismo americano tem vindo a tentar multiplicar dificuldades e atritos em áreas particularmente sensíveis ao perigo de uma degradação de um clima de resolução de problemas políticos pelo debate pacífico entre as partes interessadas. Joga na Coreia. Joga no Médio Oriente. Joga em Chipre. Tenta levantar mais entraves ao difícil processo de criação de uma Europa finalmente livre do espantoso da guerra. É natural que os EUA se voltem para um continente que durante muito tempo mais não foi do que uma coutada sua. E em certa medida ainda o é. Face à sua derrota internacional, é grande a probabilidade de os Estados Unidos se voltarem para a América Latina, favorecendo situações que «justifiquem» a sua intervenção particularmente sempre onde o movimento popular de massas se erga com uma força mais decisiva. O potencial revolucionário dos povos da América Latina, que se destaca no quadro político internacional como um continente em permanente ebulição — condena antecipadamente as tentativas do imperialismo americano a um novo fiasco. Mas os processos políticos nunca são lineares. Nunca podem ser avaliados de uma forma unilateral. Se na balança da revolução na América Latina, pesa decisivamente o impulso revolucionário das massas exploradas e espreitadas por mandatários de Washington, pelo poder das suas multinacionais e das suas políticas, não há que substituir o baluarte do imperialismo que penetra ainda impunemente pelas suas fronteiras. Só a esta luz se podem analisar de uma forma consequente os complexos caminhos do processo de libertação na América Latina.

Pinochet pede empréstimos para oferecer milhões aos monopólios

A junta fascista chilena, levada ao Poder pela mão do imperialismo, está em vias de entregar os últimos pedaços das riquezas chilenas aos que depois de a arvorarem em dona do Chile, comandam os seus gestos para satisfazer as suas vontades. Pouco resta dos frutos do Governo de Unidade Popular. Um decreto do Governo de Pinochet acaba de autorizar a Corporação de Desenvolvimento (CORFO) — que antes administrava 519 indústrias nacionalizadas — a vender as propriedades do Estado que esta vem ainda em seu poder. O decreto da Junta estabelece as bases para a dissolução do Instituto de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário e do Serviço Agrícola e Pecuário, dependências da Corporação da Reforma Agrária (CORA), que sob o Governo de Allende reunia 60 por cento da terra arável do país. Trata-se de um dos últimos passos para a total entrega do país à voragem dos monopólios. Durante os primeiros seis meses que se seguiram ao golpe contra-revolucionário, Pinochet e a sua clique, entregaram ao sector privado 50 empresas. Daí por diante, os 200 monopólios, a centena de médias empresas em mãos de reacçãoários, nacionalizados em 1000 dias de Governo pela direcção popular de Allende, foram sendo paulatinamente entregues ao ávido capital monopolista. Então, só o papel e os tabacos, de entre as indústrias mais importantes e reunidas em unidades de maiores proporções, não estavam nacionalizados. Hoje, uma única riqueza permanece ainda nas mãos do Estado fascista — as minas, o subsolo. Pinochet estuda como se desembaraçar do tão «incómoda» propriedade. Um dia destes, o seu Governo emitirá um outro decreto qualquer, para a sua entrega nas mãos do imperialismo.

Para além de devolver aos senhores do capital, os bens do povo chileno que o Governo de Unidade Popular tinha entregue ao seu legítimo dono, Pinochet pagou elevadas indemnizações às empresas multinacionais justamente expropriadas pelo Governo de Allende, tentando assim faz-las recuperar o fruto do seu roubo anteriormente perdido. A ITT — directamente implicada no golpe terrorista da Junta de Pinochet, recebeu 125 200 000 dólares, enquanto a Anaconda, monopólio do cobre, recebeu 253 000 000 de dólares.

A entrega do país ao capital estrangeiro é uma tónica da política da Junta Militar. No mês de Março último foram aprovados pedidos de investimento estrangeiro, principalmente de companhias dos Estados Unidos, num montante superior a 119 milhões de dólares, escancararam-se ainda mais as portas à investida do capital estrangeiro. Sob um Governo de tração nacional, como o de Pinochet, levado ao Poder pelo imperialismo, para o seu serviço, tais medidas nada têm a ver com relações económicas entre países diversos, com respeito pelos seus interesses mútuos. Trata-se, pelo contrário, de uma efectiva venda do Chile, das suas riquezas e do seu trabalho, aos interesses lucrativos do capital apátrida.

Como resultado desta política económica, o Chile tem uma dívida externa de 5 mil milhões de dólares, o que representa a pior crise da sua história. Aos 600 000 desempregados reconhecidos, junta-se uma taxa de inflação de 94,3 por cento, registada no período de Janeiro a Abril deste ano, o que deixa antever um número ainda superior ao do ano de

1974, que concluiu com um aumento de preços da ordem dos 376 por cento, nos sectores que mais afectam o nível de vida da população trabalhadora, tais como o vestuário, os alimentos e a habitação.

Pouco resta dos frutos do Governo de Unidade Popular. Pouco ou nada. A entrega do país ao capital apátrida, o desemprego, a miséria, a inflação alucinante, a deformação, tentada, da inteligência e da consciência da juventude e da infância, em particular, por requinte de sadismo, dos filhos dos verdadeiros patriotas chilenos. Mas a reacção desejável. Uma coisa ficou. Uma coisa fundamental e decisiva — a base da reconquista de um Chile livre, um Chile que voltará às mãos do seu legítimo dono — o povo chileno. Ficou a resistência, o heroísmo, a consciência política, das massas trabalhadoras. Ficou a arma que derrubará a clique de Pinochet. Uma arma que se reforça à medida que as ruas onde só o terrorismo governamental é livre. Não é em vão que um povo viveu a liberdade, não é em vão que teve uma parte do Poder nas mãos, não é em vão que possuiu de facto parte apreciável das riquezas do seu país, o fruto do seu trabalho.

O derrubamento do Governo de Unidade Popular no Chile, foi particularmente sangrento. De uma violência inaudita à vaga terrorista que se lhe seguiu. O fascismo é o último recurso das forças do capital. E é o único recurso, face à vontade indomável de um povo esclarecido que já provou a verdadeira liberdade — não a liberdade condicionada das democracias burguesas — a verdadeira liberdade, que se insere na luta contra o poder do capital. O Chile é uma lição e um exemplo que clarifica as verdadeiras intenções dos que se erguem — mesmo quando com falinhas mansas e arrebiques de «democracia» — contra a real expressão de uma consciência vontade popular.

A demagogia da Rodésia e da África do Sul não cria ilusões

A reunião da Comunidade Britânica recentemente realizada na Jamaica inclui, nas decisões finais aceites na sua quase generalidade, a luta «pela paz, pela justiça socioeconómica, por uma mais justa redistribuição das riquezas mundiais e pela harmonia entre as raças de todas as nações. No campo das realidades mais concretas, foi manifestada a esperança de ver todos os países normalizar as suas relações com Cuba e respeitar a soberania e a integridade territorial deste Estado, tal como o direito do seu povo a ter o governo que deseja» e feito um convite aos países membros da Comunidade para que contribuam para as urgentes tarefas de reconstrução dos países do Sudoeste asiático. Dos vários temas candentes da actualidade internacional debatidos, destacou-se muito em particular, a solidariedade expressa aos patriotas da África do Sul e da Rodésia. Assim, sugere-se que a ONU venha a aplicar, com o apoio dos países africanos e dos países membros da Comunidade Britânica, sanções contra a Rodésia e contra a África do Sul, a partir dum bloqueio económico a partir dos portos moçambicanos da Beira e de Lourenço Marques, a estabelecer logo que Moçambique se torne um Estado independente. Com esse fim, os países da Comunidade Britânica deverão prestar assistência financeira a Moçambique. O comunicado refere-se também à necessidade de aumentar a luta armada na Rodésia caso os racistas recusarem estabelecer conversações com os patriotas.

As medidas preconizadas na reunião dos países do Commonwealth não serão naturalmente medidas decisivas. Não o poderiam ser, pois nenhum país, nenhum povo, pode ser libertado unicamente ou sobretudo através da pressão exterior. Acresce que nem todos os que se pronunciam contra o regime de Ian Smith estão de facto contra o governo racista de Salisbury ou, pelo menos, não estão ao lado das forças de libertação. Londres, que se diz disposta a compensar parcialmente Moçambique das grandes perdas que o bloqueio económico à Rodésia lhe irá acarretar, declara veementemente não ter qualquer intenção de auxiliar com armas e dinheiro os patriotas da ZANU (frente de libertação da Rodésia). Nada poderá substituir a luta dos povos da Rodésia e da África do Sul, a luta das suas vanguardas revolucionárias.

Com a queda do regime fascista e colonialista português, com a consequente política de descolonização empreendida por Portugal, sobretudo após o 28 de Setembro, Pretória e Salisbury, tentaram ensaiar uma política demagógica. Enquanto Smith falava de libertação de todos os presos políticos, levantamento de estado de sítio, a suspensão da legislação política discriminatória, Vorster declarou, com objectivos políticos do seu governo: terminar a escalada da violência, normalizar as relações com os países africanos e estimular o desenvolvimento em África. Entretanto, a verdade é que as prisões continuaram, o reverendo Sithole, dirigente da ZANU, voltou a ser preso e, hoje em liberdade por forte pressão interna e externa, não pode entretanto voltar legalmente para o seu país, as populações negras são barbaramente torturadas, com chicotes e choques eléctricos, pela polícia rodésiana. Na África do Sul, o Partido Comunista Sul-Africano é ferozmente perseguido. Pretória tira umas chapinhas das fronteiras e dos edifícios e lugares públicos, proibindo que negros e brancos se encontrem ou subam pelas mesmas escadas, por exemplo, e faz grande alarde disso, como se se tratasse de uma medida de incalculáveis repercursões, rumo a uma sociedade progressista. O que é quase inacreditável é que essas chapinhas ainda existissem e não tenham sido completamente retiradas...

Pretória e Salisbury, não alteraram a sua política. Criaram simplesmente algumas ilusões, que estão neste momento a cair por terra. O que é um passo imprescindível no necessário apoio à luta dos povos da Rodésia e da África do Sul.

O povo do Uruguai desafia a repressão

No Uruguai a violência policial atingiu nas últimas semanas tais proporções que até o Governo americano — responsável pela montagem do actual aparelho repressivo — começa a estar preocupado. Somente nas vésperas do 1.º de Maio, mais de 4000 casas foram invadidas pela Polícia de Montevideo. 2218 pessoas foram detidas, interrogadas e permanecem presas durante períodos que variam entre quatro e dez dias. Muitas foram submetidas a espancamentos e à tortura. O Partido Comunista do Uruguai, como sempre, foi o principal alvo da fúria policial. A Polícia não conseguiu, entretanto, prender desta vez nenhum dos seus dirigentes, nem quadros ligados à organização das manifestações do 1.º de Maio. Em contrapartida deteve filios menores de militantes comunistas e de indivíduos ligados a várias organizações democráticas. Não encontrando no país em casa, vingou-se nos filhos. Os advogados e as mães que se interessaram pela sorte dessas crianças foram submetidos a toda a espécie de vexames nos estabelecimentos militares onde se dirigiram, a fim de protestar contra a repugnante conduta da Polícia.

Os trabalhadores intelectuais estão também a ser perseguidos pelos motivos mais fúteis. Um professor, que, em 1962, assinara uma declaração contra a ditadura paraguaia do general Alfredo Stroessner foi detido pelo Exército e depois transferido para o Estádio Cilindro, transformado em gigantesco cárcere.

Simultaneamente, numa clara manobra de intimidação, o Governo mandou reabrir vários processos que haviam sido arquivados pela Justiça militar. Oficiais fascistas retiraram das prisões dezenas de patriotas e voltaram a interrogá-los sobre factos ocorridos há quase três anos e sobre os quais os tribunais militares já se haviam pronunciado.

Intensificando a repressão, a ditadura uruguaia procura, através do medo, conter a maré montante do descontentamento popular provocado pela própria violência fascista e pelo fracasso económico. O país está à beira da bancarrota. Para evitá-la, um consórcio de monopólios americanos com poderosos interesses no país acaba de emprestar ao Governo fantecho de Bordaberry, 2,6 milhões de contos. Mas desta vez, exigiu como garantia as reservas de ouro da nação.

Os trabalhadores uruguaio não se deixaram intimidar pela escalada terrorista da Polícia e dos generais fascistas. A mobilização massiva do 1.º de Maio constituiu — como acaba de afirmar em Moscovo o camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai — uma nova batalha vitoriosa contra o regime. «Praticamente toda a capital — sublinhou — onde se concentra mais de metade da população do país e a grande maioria do proletariado, mobilizou-se durante a jornada dos trabalhadores.»

O povo uruguaio respondeu à violência da ditadura com um desafio revolucionário. Exigiu nas ruas, em concentrações e comícios — relâmpago, a libertação dos presos políticos, o fim das torturas, o restabelecimento das liberdades democráticas e a adopção de uma política exterior independente.

O Uruguai também vencerá!

A nova agressividade de Kissinger

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou uma proposta de lei concedendo a verba de 32 000 milhões de dólares (cerca de 768 milhões de contos) para o estudo e produção de novos e importantes sistemas de armas. Esta decisão, obrigatoriamente conduzida a uma escalada no aperfeiçoamento e multiplicação de instrumentos de assassinato massivo, verifica-se num momento em que os EUA, a despeito da sua participação em encontros e iniciativas destinados à defesa e consolidação da paz, tomam atitudes e proferem afirmações de uma particular agressividade. Tais atitudes têm vindo a registar-se de uma forma muito nítida na Ásia, onde para além das provocações contra o Camboja e a Tailândia, Washington, a pretexto de uma absurda invasão, que estaria iminente, da Coreia do Sul, ameaça a República Democrática da Coreia com a utilização

de armas nucleares. Ameaça gratuita, sem dúvida, mas nem por isso menos significativa. Também na Europa, as afirmações do secretário de Estado Kissinger poderiam justamente ser consideradas grotescas, se não revelassem uma atitude agressiva e pouco realista, que poderá conduzir a uma dificultação das acções em prol da paz mundial, em particular na Europa.

«Somente se Berlim frutificar, frutificará o verdadeiro desanuiamento e se Berlim tiver segurança adequada a Europa terá segurança. Há 30 anos que tem sido esse o pensamento e a atitude da América e posso declarar que essa atitude não sofreu qualquer modificação» — afirmou Kissinger em Berlim, reafirmando o compromisso da América na «defesa» de Berlim Ocidental. Na verdade, as bases da paz lançadas na Europa Central, através do reconhecimento das fronteiras actualmente existentes e da definição de um estatuto para Berlim, não foram obra dos americanos. Foram obra do mundo socialista, onde Kissinger parece pretender ver agora ocultos desígnios agressivos. Pode mesmo dizer-se que os acordos conduzidos a uma situação que possa garantir estabilidade na Europa, se processaram a despeito dos múltiplos entraves colocados pelo mundo capitalista, em particular pelos EUA. Isto, apesar dos uniformes pensamentos da Casa Branca e da sua persistência da trinta anos.

Multiplicando as suas infelizes afirmações sobre problemas candentes da actualidade política mundial, Kissinger declarou, comentando o encontro com Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, recentemente realizado em Viena: «Claro está que qualquer trabalho de desanuiamento e de paz é uma coisa por natureza infundável.»

As atitudes de agressividade e mesmo de basofia política assumidas por Washington, verificam-se num momento em que o imperialismo americano tem sofrido sérias derrotas diplomáticas e políticas no contexto mundial, de que a mais clamorosa é, sem dúvida, a expulsão dos seus fantechos de um Vietnam do Sul hoje livre, finalmente voltado para um período de reconstrução nacional. Verificam-se num momento em que Moscovo propõe mais um passo decisivo na luta pela segurança e a cooperação na Europa, a cimeira da Conferência de Segurança Europeia, passo esse em que Washington está bem pouco empenhada, mais interessada em arrastar do processo de paz e de coexistência pacífica, pouco propício aos seus planos agressivos e a uma política de força, em que tem baseado o seu domínio sobre os povos que pretende continuar a explorar.

As posições que estão a ser tomadas por porta-vozes do imperialismo americano não são da forma alguma alinhadas a estas factos. O agir do espantoso da perigos inexistente para justificar um clima de tensão, propício a aventuras bélicas, é manobra antiga e conhecida. Washington não conseguirá dessa forma fazer recuar aos tempos da guerra fria o clima político internacional. Mas poderá criar dificuldades ao progresso desse clima, à solução pacífica de problemas candentes que se arrastam, em particular o do Médio Oriente. Ainda que votadas ao fracasso, as manifestações da agressividade do imperialismo, traduzindo embora também a sua crescente impotência, arrastam consigo novas ameaças e obstáculos à paz, o perigo do deflagrar de agressões armadas, o pôr em causa do princípio básico do direito dos povos a decidirem livremente do seu destino.

A ditadura boliviana e os seus negócios com a Gulf Oil

A ditadura fascista boliviana desencadeou, a nível internacional, uma ridícula campanha, com o objectivo de demonstrar que os seus dirigentes não receberam ou receberam dinheiro da Gulf Oil. Mas o feticço voltou-se contra o feticço.

O general Banzer não conseguiu imitar Pinochet tão completamente como desejava. A relação das forças existente não lhe permitiu em quase quatro anos de Governo desnationalizar o petróleo, embora tenha feito com a Gulf toda a espécie de negócios sujos. A classe operária boliviana está vigilante, principalmente os mineiros, sua vanguarda mais combativa, e a devolução do petróleo ao imperialismo teria como resposta imediata uma greve geral e aprofundaria as contradições nas Forças Armadas.

O escândalo que, no momento, envolve o nome sinistro da Gulf e as suas actividades na América Latina colocou Banzer e a sua camarilha numa situação muito difícil. Após uma série de indícios, a Gulf viu-se forçada a confessar que subornou, em várias ocasiões, dirigentes políticos latino-americanos para proteger os seus «negócios» no Continente. Como as suspeitas acabaram por recair sobre a Bolívia — não obstante os tentáculos do suborno serem mais amplos — o Governo fascista de La Paz pretendeu defender-se assumindo uma falsa atitude patriótica. Pediu explicações, para insinuar que as negociatas da Gulf eram anteriores e envolviam apenas o Governo de René Barrientos. Mas acabou por se enterrar num mar de contradições e de lama. Embora os agentes corruptos da Gulf sejam conhecidos e ocupem altas funções oficiais não revelou os seus nomes, nem determinou sequer a abertura de um inquérito rodado de um mínimo de garantias.

O Partido Comunista da Bolívia, apesar das rigorosas condições em que actua, na clandestinidade, denunciou imediatamente as manobras de Banzer, desmascarando-o. A vasalagem da ditadura boliviana em face do imperialismo tornou-se mais evidente e humilhante quando o Governo de La Paz revelou que estava a estudar a hipótese de confiar ao Senado americano a tarefa de investigar as actividades desenvolvidas pela Gulf na Bolívia. Seria impossível uma confissão desenvolvida pelo suborno mais amplo — o Governo fascista de La Paz confiou a um órgão do imperialismo a tarefa de investigar os crimes do imperialismo — uma ideia digna só de uma ditadura de opereta. Simultaneamente, o ex-presidente Juan José Torres denunciou em Buenos Aires a campanha demagógica e estúpida de Banzer, esclarecendo que «os autores do suborno realizado pela Gulf na Bolívia ocupam os mais altos cargos no regime». Os mesmos elementos —



declarou — «que cooperaram na redacção do Código Davenport (o acordo assinado por Paz Estensoro, que entregou o petróleo ao imperialismo) em virtude do qual a Gulf entrou na Bolívia, são hoje os inspiradores da Lei Geral de Investimentos e da Lei de Hidrocarbonetos promulgada por Banzer para que essa empresa volte ao país. Os fundadores e os membros do Conselho Nacional do Petróleo e Petroquímica, que desnationalizaram a indústria petrolífera e do gás, ocupam importantes funções públicas desde 1971.»

O balanço do escândalo foi negativo para a Gulf. Agora ser-lhe-á mais difícil desenvolver as suas manobras tanto na Bolívia como noutros países da América Latina onde está instalada. No Peru todos os seus bens foram nacionalizados pelo Governo do general Velasco Alvarado.

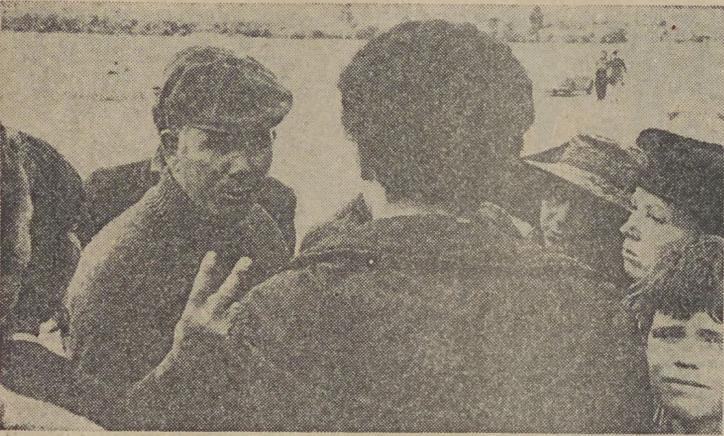
É oportuno recordar estes factos recentes, pois a Gulf — membro destacado do Clube das Sete irmãs — apoiou sempre incondicionalmente o fascismo nos tempos de Salazar e Caetano, e financiou a guerra colonial. Implantada em Cabinda, procura hoje por todos os meios sabotar a descolonização de Angola.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

OPINIÃO

REDAÇÃO: AV. DA BOAVISTA 30 URUGUAI TEL 64418



Um pequeno produtor de tomate fala à nossa reportagem

EM ALVALADE-SADO

TRABALHADORES DIZEM NÃO ÀS MANOBRAS DIVISIONISTAS

O que se passou na Empresa de Concentrados de Alvalade (ECA), é o exemplo de como se podem utilizar as manobras divisionistas para se manterem as antigas estruturas de exploração dos trabalhadores, de onde se estes não estiverem atentos na defesa dos seus interesses não deixarão de aparecer os oportunistas que, a coberto das cores mais progressistas, tudo farão para atrasar o processo revolucionário e manterem as situações de privilégio que gozavam anteriormente.

A Empresa de Concentrados de Alvalade é uma fábrica de concentrados de tomate, localizada em Alvalade-Sado, próximo de Santiago do Cacém, laborando ali há já vários anos. Para assegurar a sua produção a fábrica todos os anos criava viveiros de tomate que depois fornecia aos pequenos produtores locais a quem comprava a colheita. Este processo era praticado desde o início e por isso causou estranheza quando, em meados de Fevereiro, deste ano, os pequenos produtores verificaram que os viveiros ainda não estavam semeados.

Previendo uma tentativa de sabotagem económica os seareiros e os trabalhadores agrícolas da fábrica promoveram em 15 de Fevereiro um plenário para analisar a situação que se vivia, bem como o facto de a empresa estar a negociar a compra de tubagem para rega por aspersão no valor de milhares de contos e que causaria uma situação de desemprego para as centenas de mulheres que habitualmente trabalham naquela faina. Além disso, a administração preparava-se também para comprar doze tractores enquanto os seareiros tinham cerca de cinquenta tractores parados. Paralelamente, eram visíveis os prejuízos resultantes da má administração como foi o caso da experiência de sementeira directa em trinta hectares da herdade da Malhada Velha e que deu um prejuízo superior a mil contos sem que se tivesse colhido um único tomate.

No plenário realizado foram também focadas as remunerações e gastos elevados que existiam com a administração, e a exploração desenfreada que desde o início foi praticada. Em relação a este aspecto convém frisar uma manobra que prejudicava profundamente os seareiros.

Caixotes molhados

Os produtores de tomate costumavam levar os frutos em caixas de madeira que transportavam nos atrelados dos tractores. A mercadoria era pesada juntamente com as caixas e o atrelado. Depois de descarregada eram fornecidos ao produtor o mesmo número de caixotes vazios para se achar a diferença do peso correspondente ao tomate entregue. Simplesmente devolviam os produtores encontravam-se molhados, o que fazia aumentar o peso da madeira aproximadamente num quilo por caixote ou mesmo mais. Numa carrada de duzentos caixotes o prejuízo do produtor cifrava-se em mais de duzentos quilos de tomate que assim o entregava gratuitamente à fábrica. Somando todas as entregas que os produtores fizeram desde que a fábrica existe será possível encontrar números volumosos e que representarão lucros na ordem dos milhares de contos.

Perante uma situação de flagrante injustiça, os seareiros e os trabalhadores agrícolas da fábrica e que constituem a maioria da população de Alvalade-Sado decidiram ocupar as instalações fabris e sanear a administração constituída por Glória e Eduardo Pereira e Vasco e Alfredo Passanho, exigindo um inquérito à actividade da empresa e aos referidos administradores bem como o

congelamento das contas bancárias da ECA, dos administradores e as respectivas propriedades e ainda a nomeação de um administrador delegado pelo Governo. Foi manifestada igualmente a disposição dos trabalhadores da ECA, em assegurar a laboração em colaboração com os departamentos governamentais interessados.

Maç o processo que se desenvolveu começa a sofrer alguns recuos devido à acção de indivíduos intimamente ligados à administração. Assim, no dia 1 de Março, durante as negociações efectuadas no Ministério do Trabalho, surge uma contraproposta da Comissão de Trabalhadores, e cuja redacção revela ingerências estranhas aos próprios trabalhadores. O texto refere mesmo que a «Comissão de Trabalhadores aceita o livre acesso da administração aos escritórios da empresa situados em Lisboa» e «garante à administração inteira liberdade na prática dos actos necessários à gestão e administração de empresa, sem qualquer espécie de coacção», acabando por afirmar que «enquanto não terminar o inquérito, a administração não visitará as instalações fabris de Alvalade». Como se pode verificar, as primitivas reivindicações dos trabalhadores ficaram bastante ultrapassadas com esta posição.

Fazer regressar a administração

Entretanto e a par deste processo, começam a verificar-se os boatos mais alarmantes e a actividade subterrânea de certos elementos preponderantes da fábrica, no sentido de fazerem regressar novamente a administração às instalações fabris. A luta dos trabalhadores e da população de Alvalade reacende-se novamente e no dia 16 de Março são sanccionados sete elementos da fábrica: Manuel da Silva Cortes, António Guerreiro Franco, Pedro da Franca, António Calado Pinela, José Fernandes Barreto dos Santos, Carlos Valeroso Andrez e Manuel da Bica, elementos cuja actividade se manifestava claramente pelo regresso da administração.

A partir daí, o que tinha sido uma luta dos pequenos e médios produtores e dos trabalhadores agrícolas foi transformado intencionalmente numa luta partidária e na segunda-feira de manhã, dia 19, elementos do Partido Socialista, vindos de outras regiões e com transportes à sua disposição, fazem uma manifestação em frente da fábrica, exigindo a readmissão dos sanccionados. Esta manifestação, aliás, tinha sido convocada durante um piquenique que o PS fizera no domingo anterior na Quinta da Urtiga e onde teriam sido relatado horrores feitos aos sanccionados — «camaradas nossos foram brutalmente agredidos», dizia um comunicado do núcleo do PS da Repartição de Finanças do 5.º Bairro Fiscal de Lisboa (?) — decidindo-se que no dia seguinte de manhã se faria uma concentração junto à entrada da fábrica para exigir o regresso dos sanccionados.

Simplemente, a vontade da esmagadora maioria dos produtores e trabalhadores agrícolas da ECA era contrária ao regresso dos elementos que consideravam divisionistas e favorecendo os interesses da administração, pois se estavam com «a administração estão contra nós», declaravam muitos dos trabalhadores.

«Estamos quase em Junho e nem sequer está metade da plantação feita, quase com mês e meio de atraso — disse-nos António da Encarnação Correia, pequeno produtor de tomate e que há bastante tempo trabalha com a ECA. E, acrescentou: — O que a gente pretende é que haja produtividade. Por isso a nossa luta não sêdo constante, por parte dos pe-

quenos e médios agricultores, dos trabalhadores agrícolas e mesmo de alguns operários fabris que não fazem o fogo da reacção e estão do nosso lado.

Alexandre José Vaquinhas, também pequeno produtor, explica que este ano pediu um abono de 15 contos a Pedro da Franca, um dos sanccionados, para poder viver durante esta época, tanto mais que em 1974 tinha a seu favor na fábrica cerca de 40 contos para amortizar uma dívida do ano anterior, de perto de 50 contos e a resposta foi terem-no ameaçado com a prisão se insistisse. Perante isto não pôde fazer outra coisa senão virar as costas e ir-se embora.

Uma trabalhadora afirmou depois que um dos administradores — D. Vasco Passanho, como gostava de ser tratado — efectuara uma reunião na garagem de José Fernandes Barreto Santos, em Alvalade, com todos os sanccionados e quando passou próximo uma trabalhadora da ECA ameaçou fisicamente e insultou-a. O próprio Manuel Cortes aproveitava-se dos trabalhadores que não sabiam ler para lhes dizer que só faltavam três assinaturas para completar o número suficiente para que a administração regressasse à fábrica, acrescentando que se a administração regressasse haveria dinheiro.

Entretanto, no dia 20 tomava posse o delegado do Governo escolhido pelo IRA, dr. Joaquim Francisco de Sousa Clemente, que teve plena aceitação por parte dos trabalhadores da ECA. Aliás, segundo tudo dava a entender a grande preocupação das forças reaccionárias era impedir que o delegado do Governo viesse a ocupar o respectivo cargo e para isso todos os processos foram utilizados, desde a manifestação até às calúnias.

O comunicado do núcleo do 5.º Bairro Fiscal de Lisboa e que atrás referimos é bem o exemplo desta situação e foi distribuído em grandes quantidades junto à porta do jornal «República» (?) na noite do dia 19, quando decorria a manifestação do PS, em virtude da luta dos trabalhadores da Informação daquele órgão. Nesse comunicado fazem-se afirmações absolutamente fantásticas, ao mesmo tempo que se escamoteiam certos factos, como seja a acção dos elementos sanccionados, para prejudicarem a luta dos trabalhadores. Vai-se ao ponto de afirmar que os sanccionados se encontram em estado grave devido aos maus tratos, quando nesse mesmo dia os referidos elementos passeavam pelas ruas de Alvalade.

Na unidade, a vitória

A reacção procurou dividir seareiros e trabalhadores agrícolas dos operários fabris, para assim conseguir melhor os seus intentos. Simplesmente, e isto devem os trabalhadores ter sempre presente, só através da sua unidade poderão vencer, pois nem os trabalhadores fabris poderão continuar o seu trabalho sem que os seareiros e trabalhadores agrícolas assegurem a produção de tomate, como para estes últimos não servem de nada as plantações de tomate sem o trabalho do sector fabril.

Por último os trabalhadores da fábrica e a intervenção partidária numa luta que se desenrolou de início sem qualquer bandeira e estranharam ainda mais que o PS, que se afirma ser um partido dos trabalhadores, venha publicamente defender elementos sanccionados que pretendiam o regresso da administração, a qual durante tantos anos explorou os trabalhadores.

Presentemente, com os principais problemas resolvidos, estão decididos a recuperar todo o tempo perdido e assegurar o máximo de produção que ainda seja possível, para que a situação económica da fábrica e, consequentemente, dos trabalhadores não seja seriamente afectada.

DOTAR AS AUTARQUIAS LOCAIS DE ESTRUTURAS REVOLUCIONÁRIAS

— objectivo do Congresso Nacional das Autarquias Locais

A criação de novas estruturas a nível das autarquias locais, de modo que estas possam funcionar de acordo com a vontade popular e incentivando a dinâmica do movimento popular de massas em todos os domínios, é um dos objectivos do Congresso Nacional das Autarquias Locais a realizar de 27 a 29 de Julho em Coimbra. O aparelho administrativo funciona como o sistema circulatório do processo revolucionário. Nas zonas onde este aparelho administrativo permanece emperrado porque o saneamento das autarquias não foi conduzido ou porque, na ânsia do Poder forçado das progressistas criam dificuldades ao seu funcionamento, o processo revolucionário não circula, isto é, as massas populares não participam plenamente alheadas das profundas transformações verificadas no seu país. Esta situação responde, mais tarde ou mais cedo, ao aparecimento de obstáculos ao desenvolvimento da situação política do País, os quais serão tanto mais difíceis de resolver quanto mais se tardar na remodelação estrutural de um aparelho administrativo sujeito ainda a normas espartilhadoras da iniciativa local.

Em linhas gerais, é nesta situação que o Congresso das Autarquias Locais surge e que a sua realização pode constituir um meio eficaz para ultrapassar. Para tanto, torna-se indispensável que os preparativos do Congresso incluam desde já uma vasta mobilização popular. Falando com Orlando Gonçalves, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Oeiras, uma das autarquias que, desde o primeiro momento, funcionaram como centro mobilizador para a realização do Congresso, detectamos que, com excepção das autarquias dos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e Beja, as populações não estão ainda suficientemente mobilizadas para o Congresso, cujo sucesso depende, essencialmente, da sua participação.

«Porque se impõe a necessidade de novas estruturas das autarquias locais, baseadas sobretudo no poder das populações — diz-nos Orlando Gonçalves —, enarcamos a realização deste Congresso a efectuar após as eleições. Os adiantamentos verificados devem-se ao efervescente clima político, não muito propício a um encontro que deve ser norteado por linhas de equilíbrio que permitam estabelecer qual vai ser o futuro das autarquias locais em Portugal. Está-se a entrar numa fase de dinamização em torno dos preparativos do Congresso, mobilizando as populações. Se estas não corresponderem, o Congresso corre o risco de não ser representativo. Podem surgir teses representando vontades de minorias e não correspondendo à análise objectiva das condições de vida e participação das populações. Para evitar, em parte, este perigo, a Comissão Executiva do Congresso das Autarquias Locais estabeleceu que as teses teriam de ser forçosamente colectivas e a discutir em plenário. As teses podem ser apresentadas por comissões de moradores, por colectividades, por juntas de freguesia, por câmaras municipais, etc. O Congresso pretende ser um amplo movimento de todas as unidades básicas de associação das populações».

Comissões de moradores polos de dinamização das populações

Por o aparelho administrativo ao serviço do processo revolucionário será um objectivo a alcançar pelo Congresso. Os temas aos quais se subordinarão as teses relacionam-se com a divisão administrativa do País, com a estruturação da orgânica política e da orgânica administrativa local e regional, com as fontes de financiamento das autarquias locais e com a posição destes órgãos face aos problemas económicos e socioeconómicos. É, pois, um vasto programa de acção, com o qual se definirá o papel das autarquias locais no processo revolucionário em curso. A este respeito, Orlando Gonçalves diz-nos:

«Ninguém discute já o papel importante das autarquias locais no processo revolucionário. Este papel está no consenso geral não só do Governo mas também dos partidos. Será através das autarquias locais que melhor as populações poderão expressar a sua vontade, por as suas necessidades e decisões e participar no desenvolvimento da revolução. Contamos com o apoio das comissões de moradores que se estão formando por todo o País, sobretudo nos concelhos — distritos de Lisboa e Setúbal, e que expressam, de facto, os interesses das populações, sobretudo das camadas trabalhadoras. No concelho de Oeiras estão a trabalhar cerca de 100 comissões de moradores. E serão também elas que irão apresentar teses, defendendo posições nitidamente populares, com vista à definição de uma nova política administrativa a seguir no novo País que queremos construir. O trabalho fundamental das comissões de moradores, que considero órgãos de base das autarquias locais,

deve ser eminentemente político. Na concelho de Oeiras há comissões de apoio técnico a funcionar, mas o órgão-base terá de ser político. E quando digo «político», não quero significar partidário de modo algum, mas do integração na via socialista para a qual nos orientamos, esclarecendo e mobilizando as populações que representam e impulsionam o processo. É este tipo de participação que se pretende em todo o País e que já se encontra em marcha nos distritos de Lisboa e Setúbal. Aqui as comissões de moradores mobilizam as populações, levando-as a participar no processo revolucionário, levando-as a trabalhar, dando resposta a necessidades concretas participando, com os seus braços e as suas mãos, na resolução de problemas que, por exemplo, no concelho de Oeiras, neste momento a Câmara Municipal não poderia solucionar, embora esta preste todo o apoio técnico e material: abrindo caminhos, abrindo creches, criando teatros e outras organizações culturais. É evidente que não será esta larga participação popular por si a resolver os graves problemas locais (no nosso concelho se situam no domínio habitacional — cerca de 50 mil pessoas a viver em barracas, carência angustiante de escolas e de equipamentos para a infância). Mas sem esta participação, o Governo não poderá isoladamente pôr em prática o seu plano, uma política democrática de elevação do nível de vida das populações».

Revogação do Código Administrativo e saneamento são necessidades prementes

As autarquias locais estão ainda legalmente sujeitas a uma «legalidade» que remonta aos tempos do fascismo e, como tal, constitui um cerrado colete de forças da iniciativa popular. Referimo-nos ao Código Administrativo, obsoleto conjunto de leis que serviu aos Primeiro e Segundo Governos Provisórios ainda para cercar algumas das iniciativas das autarquias locais mais empenhadas na resolução de graves questões que atingiam as populações. As autarquias locais entregaram já ao Conselho Superior da Revolução um memorando dos artigos do Código Administrativo que urge anular de imediato. Porém, só com a anulação completa das leis fascistas e a criação de um texto coerente com a legalidade revolucionária será possível desenvolver as potencialidades de actuação das autarquias locais. A revisão completa do Código Administrativo é assim um dos pontos fundamentais a tratar no Congresso das Autarquias Locais. A urgência desta revogação liga-se a outro problema que nos é posto por Orlando Gonçalves:

«Dificultando ainda a acção das autarquias, temos o problema de saneamento que não foi efectuado, nem nas Câmaras, nem nas Direcções-Gerais, nem sequer nos Ministérios a que nos encontramos ligados. Nós não propomos um saneamento total. Propomos antes um saneamento de serviços do que um saneamento meramente pessoal. Mas para a eficácia dessa estruturação de serviços, haverá necessariamente de afastar elementos altamente comprometidos com o regime fascista. Também a anulação do Código Administrativo e a criação de uma nova lei que possibilite a actuação das autarquias locais será objecto do trabalho do Congresso, em muitos aspectos, pensamos que há que caminhar para uma descentralização mais, relativamente a outros, advogamos uma centralização democrática. Isto porque enfrentamos problemas que não podem ser resolvidos a nível local ou mesmo regional. Por exemplo, o excesso populacional no nosso concelho, em que diariamente os espaços livres são conquistados por populações vindas de outras terras, particularmente do Alentejo e das Beiras. Este êxodo ameaça sufocar-nos e criar graves problemas, não só absorvendo todos os espaços criados, grandes dificuldades de acesso à capital e comprometendo o abastecimento de água e energia ao concelho. Por outro lado, e como consequência deste movimento migratório, há zonas totalmente desertas no interior do nosso país. Ora este problema de excesso de habitação, que é índice de todo um outro conjunto de problemas, só pode ser resolvido por um planeamento a nível nacional. Criando condições de vida e de trabalho nas zonas hoje de repulsa das populações, fomentando-nos o desenvolvimento da indústria e o fomento de actividades agrícolas, resolver-se-ão problemas nacionais e locais. Por isso, é imprescindível uma centralização democrática que permita às Câmaras todas as possibilidades de actuação e de manejo do orçamento de modo a corresponder às necessidades das populações».

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

Pela segunda vez num país onde as crianças enfrentam um futuro sem medo, nem opressão, O Dia Internacional da Criança vai ser comemorado. Em vários pontos do País, o dia 1 de Junho será uma ocasião de convívio para a infância, prelúdio de uma sociedade nova em que as crianças serão simplesmente crianças e não mais objectos da exploração capitalista porque todo o povo português se acha empenhado na construção da via socialista, garante de um futuro sem miséria. Em Lisboa, o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas realiza uma grande festa no Estádio 1.º de Maio que, a partir das 15 horas, estará aberto a todas as crianças. No programa incluem-se palhaços, robótica, teatro, animação desportiva, pinturas, etc. Apoiam esta iniciativa o

INATEL, o Sindicato dos Professores, a Direcção-Geral dos Desportos e o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. O MDMP convida todos os educadores, colectividades de recreio, clubes desportivos e a população de Lisboa a participar nas comemorações do Dia Internacional da Criança, quer comparecendo no Estádio 1.º de Maio, quer organizando excursões de crianças.

«Esta legislação — diz-nos, a terminar, Orlando Gonçalves — terá de ser progressista, isto é, integrada na via socialista que se aponta ao nosso País como a única capaz de garantir às populações o fim da exploração e que são sujeitas no trabalho e a conquista de uma vida digna. Esta legislação terá de pôr as autarquias ao serviço da Revolução. Este o grande projecto a definir no Congresso Nacional das Autarquias Locais».

«Incentivar a mobilização das populações para o Congresso»

A aproximação da data prevista para a realização do Congresso Nacional das Autarquias Locais deve constituir um estímulo para os órgãos administrativos de todas as autarquias locais no sentido de mobilizarem cada vez mais as populações a esta iniciativa. Sem uma larga participação popular, o Congresso não terá a

projeção nem a força que se impõem para que as suas conclusões possam funcionar como directrizes para a nova legislação relativa ao aparelho administrativo.

Assim, na Faculdade de Direito de Lisboa e que na sexta-feira passada tornou público o seu programa durante uma conferência de imprensa convocada para o efeito.

«Denunciando a situação antidemocrática e antiestudantil criada na Faculdade de Direito de Lisboa, pela utilização partidária das estruturas estudantis e consequente desmobilização dos estudantes na definição e funcionamento de órgãos da Informação vários exemplos da manipulação que se estava a verificar naquele estabelecimento de ensino por parte de uma minoria que continua a impor a sua vontade».

Muitos outros exemplos poderiam ser apontados, pois a Faculdade de Direito é fértil, como seja o facto de o seu branco da Faculdade ter deixado de estar na posse do chefe da Secretaria, para ser utilizado, presentemente, pela Comissão de Gestão. Quem conhece a utilidade de um selo branco certamente que se interrogará pelo facto de ele estar na posse de várias pessoas, sem que exista um «controlo» efectivo da sua utilização. Também aqui a resposta não convenceu ninguém porque nem foi dada.

Perante esta situação que desnubila cada vez maior número de estudantes verdadeiramente interessados em dar a sua contribuição para a sociedade e não em participar em manobras divisionistas e partidárias do MRPP nada foi acrescentado sobre a verdadeira utilidade do «off-set» para o trabalho estudantil antes se perdendo em considerações técnicas e falando muito no estágio que será necessário algumas pessoas fazerem para poderem trabalhar como referido instrumento. Depois da explicação, os estudantes presentes continuaram sem saber se o «off-set» interessava ou não para o bom desenvolvimento da actividade estudantil.

O mesmo sucedeu quando os elementos da lista «Unidade Estudantil com o Povo Trabalhador» denunciaram a criação, há pouco mais de 15 dias, de uma comissão de saneamento para os empregados, sem que estes tivessem sido consultados para a formação da mesma. Entretanto, a referida comissão tem-se dedicado, até agora, a fa-

ções em virtude dos representantes da comissão não se considerarem qualificados para adoptar uma posição face ao problema.

«Esta legislação — diz-nos, a terminar, Orlando Gonçalves — terá de ser progressista, isto é, integrada na via socialista que se aponta ao nosso País como a única capaz de garantir às populações o fim da exploração e que são sujeitas no trabalho e a conquista de uma vida digna. Esta legislação terá de pôr as autarquias ao serviço da Revolução. Este o grande projecto a definir no Congresso Nacional das Autarquias Locais».

ELEIÇÕES EM DIREITO

UNIDADE ESTUDANTIL COM O POVO TRABALHADOR

Assegurar a ampla participação estudantil nos seus órgãos de decisão e mobilizar e organizar os estudantes em defesa do movimento associativo são alguns dos objectivos da lista «Unidade Estudantil com o Povo Trabalhador», candidata às eleições da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa e que na sexta-feira passada tornou público o seu programa durante uma conferência de imprensa convocada para o efeito.

«Denunciando a situação antidemocrática e antiestudantil criada na Faculdade de Direito de Lisboa, pela utilização partidária das estruturas estudantis e consequente desmobilização dos estudantes na definição e funcionamento de órgãos da Informação vários exemplos da manipulação que se estava a verificar naquele estabelecimento de ensino por parte de uma minoria que continua a impor a sua vontade».

Assim, na Faculdade de Direito de Lisboa e que na sexta-feira passada tornou público o seu programa durante uma conferência de imprensa convocada para o efeito.

Muitos outros exemplos poderiam ser apontados, pois a Faculdade de Direito é fértil, como seja o facto de o seu branco da Faculdade ter deixado de estar na posse do chefe da Secretaria, para ser utilizado, presentemente, pela Comissão de Gestão. Quem conhece a utilidade de um selo branco certamente que se interrogará pelo facto de ele estar na posse de várias pessoas, sem que exista um «controlo» efectivo da sua utilização. Também aqui a resposta não convenceu ninguém porque nem foi dada.

Perante esta situação que desnubila cada vez maior número de estudantes verdadeiramente interessados em dar a sua contribuição para a sociedade e não em participar em manobras divisionistas e partidárias do MRPP nada foi acrescentado sobre a verdadeira utilidade do «off-set» para o trabalho estudantil antes se perdendo em considerações técnicas e falando muito no estágio que será necessário algumas pessoas fazerem para poderem trabalhar como referido instrumento. Depois da explicação, os estudantes presentes continuaram sem saber se o «off-set» interessava ou não para o bom desenvolvimento da actividade estudantil.

O mesmo sucedeu quando os elementos da lista «Unidade Estudantil com o Povo Trabalhador» denunciaram a criação, há pouco mais de 15 dias, de uma comissão de saneamento para os empregados, sem que estes tivessem sido consultados para a formação da mesma. Entretanto, a referida comissão tem-se dedicado, até agora, a fa-

O MDMP COMEMORA O DIA INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Pela segunda vez num país onde as crianças enfrentam um futuro sem medo, nem opressão, O Dia Internacional da Criança vai ser comemorado. Em vários pontos do País, o dia 1 de Junho será uma ocasião de convívio para a infância, prelúdio de uma sociedade nova em que as crianças serão simplesmente crianças e não mais objectos da exploração capitalista porque todo o povo português se acha empenhado na construção da via socialista, garante de um futuro sem miséria. Em Lisboa, o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas realiza uma grande festa no Estádio 1.º de Maio que, a partir das 15 horas, estará aberto a todas as crianças. No programa incluem-se palhaços, robótica, teatro, animação desportiva, pinturas, etc. Apoiam esta iniciativa o

INATEL, o Sindicato dos Professores, a Direcção-Geral dos Desportos e o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. O MDMP convida todos os educadores, colectividades de recreio, clubes desportivos e a população de Lisboa a participar nas comemorações do Dia Internacional da Criança, quer comparecendo no Estádio 1.º de Maio, quer organizando excursões de crianças.

Perante esta situação que desnubila cada vez maior número de estudantes verdadeiramente interessados em dar a sua contribuição para a sociedade e não em participar em manobras divisionistas e partidárias do MRPP nada foi acrescentado sobre a verdadeira utilidade do «off-set» para o trabalho estudantil antes se perdendo em considerações técnicas e falando muito no estágio que será necessário algumas pessoas fazerem para poderem trabalhar como referido instrumento. Depois da explicação, os estudantes presentes continuaram sem saber se o «off-set» interessava ou não para o bom desenvolvimento da actividade estudantil.